

Pelissari Informática S.A

CNPJ/ME nº 03.158.860/0001-46

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO)

Ficam os Srs. Acionistas CONVOCADOS para participarem em AGOE que se realizará no dia 07 de Maio de 2026, às 14h, o qual será exclusivamente por meio digital, por link do teams, a ser encaminhado, via e-mail, antes da AGOE, com a seguinte Ordem do Dia: Deliberar sobre: (I) Parecer do Conselho Fiscal referente as Demonstrações Financeiras no Exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (II) A tomada de Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (III) Destinação do Lucro Líquido do Exercício e a Distribuição de Dividendos; (IV) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Curitiba/PR, 27 de abril de 2026. José Calazans da Rocha - Diretor Presidente.

Table containing financial statements: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - EM R\$ 1,00; DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31/DEZ/23 A 31/DEZ/25 - EM R\$ 1,00; DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS; and various notes (NOTAS EXPLICATIVAS) detailing operations, assets, liabilities, and taxes.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/04/2026 14:21:32

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e316886b3cfd5abb781cf622be8f82db6f86aaaf3a02d13b2316768198818a



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 14:21:41

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e5767f59549f9bf6b5318cd5a010618e



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442484051766 , -49.255828090785	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





AMBIENTAL PARANÁ 1 SPE S.A.

CNPJ nº 52.103.543/0001-38
Mensagem da Administração

A Ambiental Paraná 1 SPE S.A., presente em 16 municípios do estado do Paraná, apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

No ano de 2025 foram executados investimentos para ampliação desses serviços nos 16 municípios atendidos. Adicionalmente, a Companhia promoveu projetos sociais além de cursos gratuitos profissionalizantes reforçando a importância da cooperação e de práticas éticas e responsáveis nas suas atividades.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table with columns for Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 01/01/2024, and sub-columns for reappreciated and reappreciated values. Includes sections for Ativo and Passivo.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing financial results for 2025, 2024, and 2024 reappreciated, including items like Receita operacional líquida and Lucro líquido.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing changes in equity components like Capital social, Reserva de lucros, and Lucros acumulados.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing cash flows from operations, financing, and investing activities.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Curitiba, Paraná, constituída em 05 de setembro de 2024 e têm por objeto social a ampliação, manutenção e prestação dos serviços de esgotamento sanitário na área de abrangência Centro Litoral do Paraná, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos e 5 meses de concessão.

Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. (i) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

2. Base de preparação
a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

de acordo com a legislação fiscal vigente. g) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais
A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:
a) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iii) Compensação: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (iv) Hierarquia do valor justo: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente contínua-*

Ativo
Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes
Contas a receber de clientes partes relacionadas
Ativos financeiros contratuais
Estoques
Tributos a recuperar
Outros créditos
Total do ativo circulante
Ativo fiscal diferido
Outros créditos
Total do realizável a longo prazo
Imobilizado
Ativo de contrato da concessão
Intangível
Total do ativo não circulante
Total do ativo



Hash validação: 8179cd9df1074f421768a6fbc484a6794ff732181433a10854a6a3de115a13c9, em acordo com MP 2.200-2/01

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2024		
Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.571	25.571
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(2.229)	(2.229)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 6.562 - 6.562		
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro 4.333 - 4.333		
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		
5. Caixa e equivalentes de caixa	(2.229)	(2.229)
2025 2024		
Caixa	4	4
Bancos conta movimento	55	4.333
Total	59	4.333
6. Aplicações financeiras		
Modalidade		
Compromissada	16.998	-
Fundo de Investimento Safira	-	3.291
Total	16.998	3.291
A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 93,23% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025 (103,29% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez da Companhia e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e cotas de outros fundos de investimento conforme previsto em sua política de investimentos. A exposição da Companhia a risco de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.		
7. Contas a receber de clientes		
2025 2024		
Serviços de esgoto	13.573	8.615
Receita a faturar de serviço de água e esgoto	-	4.412
Total	13.573	8.615
8. Ativos financeiros contratuais		
2025 2024		
Ativo financeiro de concessão PPP	32.261	27.731
Movimentação dos ativos financeiros contratuais	2025 2024	
Saldo inicial	27.731	-
Receita de construção ativo financeiro (nota explicativa nº 15)	45.242	27.731
Remuneração do ativo financeiro (nota explicativa nº 15)	3.365	-
(-) Recebimento decorrente do contrato de concessão no exercício (44.077)	-	-
Saldo final	32.261	27.731
Este saldo refere-se à parcela das contas a receber reconhecida pelo regime de competência e adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos, que será faturado na cadência do acordo comercial estabelecido nos contratos de concessão.		
9. Transações com partes relacionadas		
Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 2.695 (R\$ 2.585 em 31 de dezembro de 2024). Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") que detém 100,00% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 75,00% das ações que representam o capital social da Sanco. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:		
2025 2024		
Ativo circulante		
Contas a receber		
Contas a receber	1	-
Outros créditos (c)		
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.	17	-
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.	11	-
Águas de Palhoça S.A.	29	-
Águas de Pinhal Saneamento SPE S.A.	15	-
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.	12	-
Ambiental Paraná 2 SPE S.A.	23	-
Total	107	-
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.071	1.023
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	125
Total	2.071	1.148
Dividendos a pagar		
Saneamento Consultoria S.A.	4.050	491
Total	4.050	491
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 13)		
Parsan S.A. (c)	411	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c)	-	138
Total	411	138
Total passivo	6.532	1.777
2025 2024		
Resultado do exercício		
Custos e despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(1.332)	(1.679)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	100	(847)
Total resultado do exercício	(1.232)	(2.526)
(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. (b) Refere-se a serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.		
10. Imobilizado		
a) Composição dos saldos		
2025 2024		
Ativo Imobilizado	Vida útil (em anos)	Taxa média anual
Bens em andamento	-	-
Instalações	de 10 a 24	4,2%
Equipamentos de informática	de 03 a 15	7,8%
Móveis e utensílios	15	6,7%
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	de 01 a 04	10,6%
Total	22.663	(12.199)
2024 2023		
Bens em andamento	10	-
Instalações	355	(20)
Equipamentos de informática	1.009	(158)
Móveis e utensílios	164	(14)
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	21.125	(9.118)
Total	22.663	(10.464)
2024 2023		
Ativo Imobilizado	Vida útil (em anos)	Taxa média anual
Bens em andamento	-	-
Instalações	de 5 a 24	4,2%
Equipamentos de informática	de 3 a 15	6,7%
Móveis e utensílios	de 3 a 15	7,8%
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	de 1 a 6	10,6%
Total	9.350	(3.362)
b) Movimentação do custo	2024 2025	
Ativo Imobilizado	Custo	Adições
Bens em andamento	-	-
Instalações	319	36
Equipamentos de informática	995	14
Móveis e utensílios	140	24
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	9.350	11.772
Total	10.829	11.846
2023 2024		
Bens em andamento	25	-
Instalações	319	36
Equipamentos de informática	995	14
Móveis e utensílios	140	24
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	9.350	11.772
Total	10.829	12.263
c) Movimentação da depreciação	2024 2025	
Ativo Imobilizado	Depreciação acumulada	Adições
Bens em andamento	-	-
Instalações	(6)	(14)
Equipamentos de informática	(44)	(114)
Móveis e utensílios	(4)	(10)
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	(3.362)	(7.834)
Total	(3.416)	(7.972)
2023 2024		
Bens em andamento	-	-
Instalações	-	319
Equipamentos de informática	-	995
Móveis e utensílios	-	140
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	-	9.350
Total	-	11.430

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Depreciação acumulada	Adições	Depreciação acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Instalações	-	(6)	-	-	-	(6)
Equipamentos de informática	-	(44)	-	-	-	(44)
Móveis e utensílios	-	(4)	-	-	-	(4)
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	-	(3.546)	184	-	-	(3.362)
Total		(3.600)	184			(3.416)

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.

11. Intangível
Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	(99)	-	-	-	(99)
Outorga/Contrato de concessão	24	4,20%	1.253	(99)	1.154	1.206
Edificações	-	-	27.351	(843)	26.508	10.666
Total			28.604	(942)	27.662	11.872

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2025	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	(47)	-	-	-	(47)
Outorga/Contrato de concessão	24	4,20%	1.253	(47)	1.206	-
Edificações	-	-	10.756	(90)	10.666	-
Total			12.009	(137)	11.872	-

b) Movimentação do custo

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2025	
			Custo	Adições	Custo	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	1.253	-	1.253	-
Edificações	-	-	10.756	-	16.595	27.351
Total			12.009	-	16.595	28.604

01 de janeiro de 2024

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2025	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

c) Movimentação da amortização

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2025	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	(47)	(52)	(99)	-
Edificações	-	-	(90)	(753)	(843)	-
Total			(137)	(805)	(942)	-

12. Fornecedores e empreiteiros
Fornecedores de materiais e serviços
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

13. Outras contas a pagar
Arrendamentos (j)
Provisão para bônus diretoria
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 9)

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

14. Patrimônio líquido
a) Capital social: Em 21 de março de 2024, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 1.000, mediante emissão de 1.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 01 de abril de 2024, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 16.548, mediante emissão de 16.548.200 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 11 de novembro de 2024, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 15.871, mediante emissão de 15.870.699 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Deste montante, R\$ 11.903 foram integralizados durante o exercício de 2024 e o restante, no valor de R\$ 3.968 foi integralizado em 31 de janeiro de 2025. Em 25 de julho de 2025, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 10.100, mediante emissão de 10.100.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 51.875 (R\$ 37.807 em 31 de dezembro de 2024), representado por 51.874.624 (41.774.624 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

Participação Saneamento Consultoria S.A.	2025		2024	
	Participação	100,00%	Participação	100,00%
b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.				
c) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram atendidos conforme o quadro abaixo:				
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	3.559	492	3.559	492
Dividendos destinados no exercício				
Dividendos destinados do resultado do exercício	3.559	492	3.559	492
d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.				

15. Receita operacional líquida

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Depreciação acumulada	Adições	Depreciação acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

16. Custos e despesas por natureza

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Depreciação acumulada	Adições	Depreciação acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outorga/Contrato de concessão	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

17. Resultados operacionais

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Depreciação acumulada	Adições	Depreciação acumulada	Adições
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-</	

★ continuação AMBIENTAL PARANÁ 1 SPE S.A. - CNPJ nº 52.103.543/0001-38

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		01 de janeiro de 2024		Resultado 2024		2024	
17. Resultado financeiro		2025	2024				
Receitas							
Rendimentos de aplicações financeiras (i)		1.040	959				
Juros e multa recebidos ou auferidos		42	-				
Outras receitas financeiras		29	8				
Receitas financeiras		1.111	967				
Despesas							
Despesas e comissões bancárias		(4)	(3)				
Impostos sobre Receita Financeira (PIS/COFINS)		(52)	(45)				
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 13)		(1.123)	(520)				
Outras despesas financeiras		(77)	(27)				
Despesas financeiras		(1.256)	(595)				
Resultado financeiro		(145)	372				
<i>(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 10 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2024).</i>							
18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)							
a) Imposto de renda e contribuição social correntes							
A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada como segue:		2025	2024				
Resultado antes dos tributos		22.798	4.825				
Alíquota fiscal		34%	34%				
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal		(7.751)	(1.641)				
Despesas indedutáveis		(159)	(203)				
Bônus diretoria		(32)	(246)				
Atualização de tributos		7	-				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido		-	1.447				
Programa de alimentação do trabalhador		97	-				
Outras diferenças permanentes		24	-				
Imposto de renda e contribuição social:							
Corrente		(6.369)	(1.670)				
Diferido		(1.445)	1.027				
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		(7.814)	(643)				
Alíquota efetiva		34%	13%				
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos		2025	2024				
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados		(6.369)	(1.670)				
Saldo pago referente a anos anteriores		(1.670)	-				
Antecipação do IRPJ e CSLL		(4)	-				
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)		6.447	1.670				
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa		(1.596)	-				
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		2025	2024				
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte		235	-				
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.212	1.670				
Total		6.447	1.670				
b) Composição e movimentação dos impostos diferidos							
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:		2024	Resultado	2025			
Provisão para participação nos lucros		216	166	382			
Provisão para gratificação e bônus		-	91	91			
Amortizações custo da obtenção de contrato		16	(16)	-			
Provisão benefício pós emprego		-	4	4			
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social		1.571	(947)	624			
Arrendamentos		62	519	581			
Ativo fiscal diferido		1.865	(182)	1.682			
Amortizações custo da obtenção de contrato		-	(52)	(52)			
Diferimento do lucro dos órgãos públicos		(837)	(935)	(1.773)			
Arrendamentos - Capitalização		(1)	(275)	(276)			
Passivo fiscal diferido		(638)	(1.262)	(2.101)			
Imposto diferido líquido		1.027	(1.445)	(419)			
Diretoria							
		Priscila Marchini Brunetta - Diretora Presidente					
		Marcos Vinicius Antunes - Diretor Executivo					
Fluxo financeiro							
		2025					
		Valor projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	
Passivos		Valor contábil	(incluindo juros)				
Fornecedores e empreiteiros		10.809	10.809	10.149	660	-	-
Dividendos a pagar		4.050	4.050	4.050	-	-	-
Outras contas a pagar		11.507	12.954	6.071	4.665	1.638	580
Total		26.366	27.813	20.270	5.325	1.638	580
Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.							
Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros							
Contador							
		Marcelo Bogas - CRC - SP - 253488/O-2					

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador - CRC 1SP255172/O-5

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/04/2026 07:19:37

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 8179cd9df1074f421768a6fbc484a6794ff732181433a10854a6a3de115a13c9



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:20:22

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 7109124e9b0bfe5b47f67dfe008ed1d6



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442383785613 , -49.255801567473	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A.
 CNPJ: 29.281.454/0001-60

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Ativo Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	9.	4.703	8.565	11.258	13.669						
Contas a receber	10.	-	-	36.213	39.809						
Adiantamentos		169	165	384	368						
Outros créditos		954	540	2.359	3.589						
Estoques	11.	-	-	24.197	32.579						
Total do Ativo Circulante		5.826	9.270	74.411	90.014						
Ativo Não Circulante											
Contas a receber	10.	-	-	174.120	172.977						
Estoques	11.	-	-	35.605	11.928						
Operações com partes relacionadas	16.	35.463	35.431	35.463	35.450						
Investimentos	12.	239.231	230.759	-	-						
Imobilizado e intangível		162	88	222	166						
Total do Ativo Não Circulante		274.856	266.278	245.410	220.521						
Total do Ativo		280.682	275.548	319.821	310.535						

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reserva Legal		Reserva de Retenção de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	39.580	-	5.601	-	57.012	-	-	-	102.194
Capital integralizado	12.000	-	-	-	(12.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.781	-	16.781	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(58)	(15.942)	-	(16.000)	-
Constituição de reserva legal	-	-	839	-	-	(839)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.580	-	6.440	-	44.955	-	-	-	102.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.197	-	2.197	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(6.592)	-	-	-
Transfência para reservas de lucros	-	-	-	-	6.592	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	463	-	-	(463)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	51.580	-	6.903	-	51.547	-	-	-	110.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(30.564)	(41.177)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	-	-	1.203	2.137
Despesa com depreciação	11	4	14	4
Tributos diferidos	-	-	(85)	678
Tributos diferidos	-	-	133	402
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	-	-	-	133
Juros e correção monetária incorridos	20.800	21.279	20.800	21.279
	(801)	(2.613)	31.317	41.781
Variação em:				
Cientes	-	-	2.320	8.684
Adiantamentos	(3)	29	(16)	889
Estoques	-	-	(15.296)	48.108
Outros créditos	(420)	(444)	1.102	(2.581)
Operações com partes relacionadas	(32)	(35.431)	(13)	(35.450)
Fornecedores	67	(1)	(19.478)	(299)
Terenos a Pagar	-	-	23.761	(31.541)
Operações fiscais e sociais	(3)	2	87	(2.567)
Outras obrigações passivas	-	20	345	148
Obrigações não circulantes	439	1	(19)	(7.796)
Adiantamento de cliente	-	-	119	(650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(453)	(38.437)	24.240	18.727
Juros pagos devedores e amortização realizada	(13.773)	(14.237)	(13.773)	(14.237)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.175)	(1.232)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(14.225)	(52.674)	9.281	3.253
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controladas	(16.297)	(18.128)	-	-
Venda de participações	-	35.431	-	-
Dividendos recebidos de controladas	38.396	38.033	-	-
	(84)	(31)	(41)	(8)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	22.014	55.325	(41)	(8)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização principal de dívida	(11.662)	(11.716)	(11.662)	(11.716)
Reconstituição fundo de reserva	12	(147)	12	(147)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(11.650)	(11.864)	(11.650)	(11.864)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes	(3.861)	(9.212)	(2.410)	(8.619)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	8.566	17.779	13.669	22.288
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	4.703	8.566	11.259	13.669
Varição do caixa e equivalente de caixa	(3.861)	(9.212)	(2.410)	(8.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Receta líquida do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receta líquida do exercício	19.	-	43.319	73.103
Custo imobilizado	18.	-	(4.355)	(21.321)
Lucro Bruto	19.	(672)	38.964	51.782
Despesas comerciais		(447)	(2.348)	(4.258)
Receitas e administrativas		(1.056)	(3.744)	(6.356)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber		-	-	(133)
Resultado Operacional	15.	(20.080)	30.128	38.906
Despesas financeiras		1.223	1.583	1.942
Recostas financeiras		(19.585)	(20.285)	(19.672)
Lucro antes dos impostos	9.252	16.781	10.455	18.919
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.137)
Lucro Líquido do Exercício	9.252	16.781	9.252	16.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781
Resultado abrangente do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781
Total do resultado abrangente do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781
Resultado abrangente do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781
Total do resultado abrangente do exercício	9.252	16.781	9.252	16.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Bancos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	-	1.897	279	1.991
Aplicações financeiras	4.703	6.668	10.978	11.678
Total de caixa e equivalente de caixa	4.703	8.565	11.257	13.669
Rendimento de aplicações financeiras	816	647	1.070	1.456

Aplicações financeiras na modalidade comprometidas com remuneração média aproximada de 100% do CDI (2025 e 2024).

10 Contas a receber (Consolidado)

Os saldos das contas a receber de clientes apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	381.821	393.101
- Ajuste a valor presente	(170.361)	(179.231)
- Perdas por redução do valor recuperável de contas a receber	(1.127)	(994)
Contas a receber de clientes, líquidas	210.333	212.766

Parcela circulante 36.213 39.809
 (-) Parcela não circulante 174.120 172.977

Corresponde à garantia na operação de debênture o montante de recebíveis de R\$ 211.206 (em 2025) e R\$ 216.776 (em 2024).

Os valores de clientes apresentam prazo de recebimento em até 240 meses, e apresentam curva projetada de recebimentos conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Parcelas atrasadas	2.398	2.465
A vencer em 2025	-	38.544
A vencer em 2026	36.996	33.918
A vencer em 2027	36.036	32.432
A vencer em 2028	33.456	31.952
A vencer em 2029	32.755	31.340
A vencer em 2030	32.203	30.795
A vencer em 2031 a 2047	207.977	191.554
Contas a receber de clientes, líquidas	381.821	393.101

Os valores constantes na tabela acima expressam o valor atual das parcelas dos contratos de compra e venda dos imóveis. Adicionalmente, as parcelas serão reajustadas por IPCA conforme atualização monetária prevista nos contratos. A administração com base em uma avaliação individual de cada cliente entende que os montantes vencidos e não provisionados são recuperáveis.

11 Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Estoque de Lotes (i)	45.687	30.879
Projetos em Andamento (ii)	14.115	13.628
Total de Estoques	59.802	44.507
Circulante	24.197	32.579
Não circulante	35.605	11.928

(i) **Estoque de Lotes**
 Refere-se a 577 lotes (505 lotes em 2024) em estoque, disponível para venda, com valor de R\$ 45.687. Os lotes estão concentrados, substancialmente, nos empreendimentos Gran Riva em Campo Mourão - PR, Eco Guaiabá e Volta da Figueira em Viamão - RS, Jardim Cristina e Projeta no município de Araçuaí - SC, Bosque Santo Antônio na Fazenda Rio Grande - PR e Bairro das Cerejeiras II em Guarapuava - PR.

(ii) **Projetos em andamento**
 Refere-se a contratos de compra referente a loteamentos adquiridos no ano para revenda no Paraná, São Paulo e Santa Catarina, com previsão de lançamento para venda em 2026, e 2027, no valor de R\$ 14.115, concentrados substancialmente nos estados de Santa Catarina, e São Paulo. Em 2024 o valor de R\$ 13.628, concentrados substancialmente nos municípios de Barra Velha e Chapecó no estado de Santa Catarina, e Rio Claro e Novo Horizonte no estado de São Paulo.

12 Investimentos

a. Relação das controladas
 As empresas controladas possuem operação nos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas cidades abaixo especificadas:

Nome	Estado	Município
Life Ls Vendas Do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Curitiba
Life Ls Bosque Das Araucarias Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Fazenda Rio Grande
Life Ls Jardim Brasil Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Fazenda Rio Grande
Life Ls Bela Vista Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Anacitina
Life Ls Iguaçu Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Anariquã
Life Ls Campo Verde Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Araranguá
Life Ls Moradas Da Barra Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Ipemema
Life Ls PVV Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Balneiro Camboriú
Life Ls Terras Altas Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Palhoça
Life Ls Jardim Cristina Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Camboriú
Life Ls PML Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Araranguá
Life Ls Cidade Do Sol Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	São Francisco do Sul
Life Ls PMS Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Orizânia
Life Ls Gran Riva Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Campo Mourão
Vizi Dona Francisca Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Santa Catarina	Guaruaçu
Vizi Dona Francisca Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Fazenda Rio Grande
Vizi Santa Antonio Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	São José dos Pinhais
Vizi Jardim Iguaçu Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Rio Grande do Sul	Anacitina
Vizi Moradas Do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Pirajuatã
Vizi Alvorada Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Paraná	Fazenda Rio Grande

b. Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	230.759	244.938
Investimento em controlada	16.297	18.168
Venda de participações	-	(21.858)
Participação nos lucros de controladas	30.570	41.177
(-) Baixa de participação na venda de investida	-	(13.573)
Dividendos recebidos de controladas	(38.396)	(38.093)
Movimentação do período	8.472	(14.170)
Em 31 de dezembro	239.231	230.759

O valor descrito na linha de investimentos, refere-se a aporte de capital e aumento para futuro aumento de capital em controlada.

Informações patrimoniais das controladas

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas. (i) Balanço Patrimonial

Relação das Controladas	Circulante				Não Circulante				Patrimônio Líquido			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		Ativo não circulante		Líquido	

Table with financial data for Vizi Quita da Baronesa, Vizi Caminho do Mério, etc. Columns include company name, 2025, 2024, 2025, 2024.

Os valores estão classificados no passivo circulante e não circulante e a taxa média de juros é de 9,25% ao ano.

Table with financial data for 19 Despesas por natureza. Columns include category, 2025, 2024, 2025, 2024.

Life LS Iguacu Empreendimentos Imobiliários Ltda, Vizi Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda, etc.

Table with financial data for Demonstração do Resultado. Columns include Recreita, Despesa de IR e CSLL, Lucro líquido.

A composição da dívida de longo prazo, classificada por ano de vencimento em 31 de dezembro, está detalhada a seguir:

Table with financial data for 20 Participação nos lucros (prejuízos) das controladas. Columns include Controladora, Consolidado, 2025, 2024.

Caixa e equivalente caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Outros Créditos, etc.

Table with financial data for 13 Fornecedores. Columns include company name, 2025, 2024, 2025, 2024.

Caixa e equivalente caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Outros Créditos, etc.

Table with financial data for 21 Despesa de imposto de renda e contribuição social. Columns include 2025, 2024.

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor registrado na conta de fornecedores em sua maioria, refere-se a contratos de aquisição de novos lotes, os quais o prazo médio de pagamento é de 2 anos.

Table with financial data for 17 Patrimônio líquido. Columns include 2025, 2024.

Imposto corrente, Imposto sobre a Receita, Total do imposto corrente, etc.

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Table with financial data for 15 Debêntures a pagar. Columns include 2025, 2024.

Saldo anterior, Saldo anterior na venda de investida, IRPJ e CSLL Diferidos, etc.

Table with financial data for 23 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. Columns include 2025, 2024.

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, as 5 (cinco) séries supracitadas encontram-se ativas, com o cumprimento regular de todas as obrigações e cláusula restritiva (covenants) financeira, referente ao atingimento do percentual mínimo da Sobregarantia, conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

Table with financial data for 23 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. Columns include 2025, 2024.

Resultado de exercício, Média das ações ordinárias disponíveis em unidades, Lucro por ação básico (em R\$), etc.

Até a data de emissão destas demonstrações, não houve a ocorrência de eventos subsequentes.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, as 5 (cinco) séries supracitadas encontram-se ativas, com o cumprimento regular de todas as obrigações e cláusula restritiva (covenants) financeira, referente ao atingimento do percentual mínimo da Sobregarantia, conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

Table with financial data for 23 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. Columns include 2025, 2024.

Resultado de exercício, Média das ações ordinárias disponíveis em unidades, Lucro por ação básico (em R\$), etc.

Até a data de emissão destas demonstrações, não houve a ocorrência de eventos subsequentes.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Por que é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

mos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 30/04/2026 07:22:34

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: f8828fc6d5fcf2d86b910b8b546fa29ec41321f775ec840f69a1d01551144f79



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:22:43

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e506f02f9490529e14f8a8d8619dfff5



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.44238874326,-49.255765122935	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Bairru Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ:03.625.376/0001-80

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Ativo Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	9.	348	429	24.000	25.306						
Contas a receber	10.	-	-	99.422	58.668						
Adiantamentos	11.	-	49	14.586	1.525						
Créditos de terceiros		210	-	-	4.200						
Impostos a recuperar		-	92	696	-						
Estoque	12.	920	-	99.448	164.877						
Dividendos a receber	13.(b)	21.012	18.815	-	-						
Total do Ativo Circulante		22.560	19.385	240.246	254.576						
Ativo Não Circulante											
Contas a receber	10.	-	-	318.520	237.900						
Estoque	12.	-	-	268.905	210.605						
Empréstimos		-	-	-	7.860						
Despesas antecipadas		-	-	88	81						
Investimentos	13.	268.729	219.679	-	-						
Imobilizado e intangível		995	1.191	12.017	11.029						
Total do Ativo Não Circulante		269.724	220.870	599.530	467.475						
Total do Ativo		292.284	240.255	839.776	722.051						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa-método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	32.738	16.313	32.738	16.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(51.407)	(26.052)	-	-
Despesa com depreciação	231	219	596	407
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.190	4.034
Tributos diferidos	-	-	8.149	1.635
Juros de correção de debênture	-	-	20.801	21.779
Juros de correção empréstimos e financiamentos	5.975	4.555	16.197	8.501
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	36	514
	(12.463)	(4.965)	81.707	53.183
Variação em:				
Contas a receber de clientes	-	-	(121.410)	(44.892)
Adiantamentos	(21)	2	(13.061)	(2.981)
Créditos de terceiros	(114)	(32)	9.267	(1.655)
Estoque	(920)	-	7.130	(195.455)
Pagamentos antecipados	-	-	(7)	(44)
Fornecedores	656	(1.111)	(1.868)	12.817
Obrigações tributárias	8	(68)	342	(128)
Obrigações trabalhistas	115	(17)	257	(111)
Obrigações com terceiros	(1)	1	545	119
Contas a pagar de aquisição de terreno	-	-	37.418	162.450
Operações com partes relacionadas	(421)	421	-	-
Dividendos deliberados no exercício	-	(2.386)	-	(2.386)
Adiantamento de cliente	-	-	1.214	(497)
Atividade operacional em caixa (aplicado nas atividades operacionais)	(13.163)	(8.154)	1.534	(19.581)
Juros pagos empréstimos e financiamentos	(4.831)	(4.508)	(12.645)	(7.239)
Juros pagos debêntures e amortização realizada	-	-	(13.772)	(14.237)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.732)	(2.597)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(17.993)	(12.662)	(27.615)	(43.655)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimento em controladas	(39.375)	(25.285)	-	-
Investimento de SCP	-	-	11.934	-
Dividendos recebidos de controladas	39.535	10.851	-	-
Imobilizado	(34)	(158)	(1.584)	(6.984)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	126	(14.591)	10.351	(6.984)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização principal debênture	-	-	(11.662)	(11.716)
Reconstituição do fundo de reserva de debênture	-	-	12	(147)
Captação de empréstimos e financiamentos	29.223	20.000	56.913	66.991
Amortização empréstimos e financiamentos	(5.972)	(23.841)	(11.141)	-
Integralização de Capital	-	-	30.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(29.440)	(29.440)
Dividendos distribuídos	-	-	1.786	-
Dividendos pagos	(5.465)	(7.415)	(5.465)	(7.415)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	17.786	14.930	15.957	38.916
Aumento (Diminuição) líquido no caixa e equivalentes	(82)	(12.323)	(1.307)	(11.722)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	429	12.752	25.305	37.027
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	348	429	24.000	25.305
Variação do caixa e equivalente de caixa	(82)	(12.323)	(1.307)	(11.722)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Líquida	21.	-	223.927	129.152
Costo Imobiliário	-	-	(112.555)	(47.982)
Lucro Bruto			111.372	81.170
Despesas comerciais	22.	(1.509)	(1.006)	(12.467)
Gerias e administrativas	22.	(10.796)	(6.219)	(23.745)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		-	-	(71)
Resultado Operacional	22.	(12.305)	(7.225)	75.935
Despesas financeiras	23.	(6.771)	(2.777)	(39.582)
Recitas financeiras		407	263	3.305
Resultado financeiro líquido		(6.364)	(2.514)	(26.277)
Resultado de equivalência patrimonial		51.407	26.052	(2)
Lucro antes dos impostos		32.738	16.313	39.658
Imposto de renda e contribuição social	24.	-	-	(6.920)
Lucro Líquido do Exercício		32.738	16.313	32.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	32.738	16.313	32.738	16.313
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	32.738	16.313	32.738	16.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de contratos com clientes	-	-	232.252	134.289
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	-	-	(43)	(514)
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(232.209)	133.775
Costo Imobiliário	-	-	(112.555)	(47.983)
Materiais e serviços	(6.515)	(1.761)	(13.311)	(10.101)
Utilidades	(41)	(495)	(752)	(1.240)
Despesas gerais	(828)	(242)	(4.281)	(2.431)
Despesas de manutenção pós obra	-	-	(881)	(468)
Despesas comerciais	(1.445)	(1.005)	(11.495)	(12.539)
Valor adicionado bruto	(8.828)	(3.503)	88.934	59.193
Depreciação/amortização	(230)	(220)	(595)	(406)
Valor adicionado líquido	(9.058)	(3.723)	88.339	58.787
Valor adicionado recebido em transferência				
Recetas financeiras	407	264	3.304	2.654
Resultados de participações societárias	51.407	26.052	-	(2)
Resultado financeiro líquido	51.814	26.316	3.304	2.652
Valor adicionado total a distribuir	42.756	22.593	91.643	61.439
Distribuição do valor adicionado				
Pessal	(1.494)	(1.697)	(1.859)	(1.453)
Remuneração direta	(1.320)	(912)	(1.422)	(1.485)
Benefícios	(131)	(219)	(168)	(229)
FGTS	-	(20)	(30)	(71)
Municipais	(691)	(389)	(15.922)	(9.582)
Federais	(301)	(255)	(630)	(782)
Juros	(6.800)	(2.777)	(38.874)	(31.523)
Remuneração de Capital próprio				
Dividendos	(32.738)	(9.801)	(32.738)	(9.801)
Juros retidos	-	(6.513)	-	(6.513)
Valor adicionado distribuído	(42.755)	(22.593)	(91.643)	(61.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			
		Capital Social	Reserva de Retenção de Lucro	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2023		93.600	71.831	4.575	170.000
Integralização de capital	20.	30.000	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	25.	-	-	-	16.313
Distribuição de dividendos	20(c)	-	-	-	(9.801)
Constituição de reservas de lucros	20(b)	-	5.697	-	(5.697)
Constituição de reserva legal		-	-	816	(816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		123.600	77.528	5.390	206.519
Integralização de capital	20.	102.743	-	-	102.743
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		600	-	-	600
Lucro líquido do exercício	25.	-	-	-	32.738
Destinações		-	-	-	-
Distribuição de dividendos	20(c)	-	(77.528)	-	(32.738)
Constituição de reservas de lucros	20(b)	-	-	-	(110.266)
Constituição de reserva legal		-	-	(2.516)	(2.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		226.343	0	2.874	259.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Bairru Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam em duas frentes, na compra e venda de imóveis, e loteamentos de imóveis próprios, e possui escritório administrativo com sede na Rua General Mário Tourinho, 1805, Sala 1801, Curitiba, Paraná. Além destas duas frentes, atua também na área de prestação de serviços, com serviços administrativos, e gestão de cobrança. Fundada em 2000, a Companhia atua de forma plena no setor imobiliário desde 2017, unindo a solidez de sua base institucional ao dinamismo de suas operações atuais. Com sede administrativa unificada em Curitiba (Rua General Mário Tourinho), o Grupo projeta sua atuação para além do Brasil, mantendo operações e prospecções ativas nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Bairru opera de forma integrada em três pilares estratégicos, sob um modelo de gestão centralizada:

Desenvolvimento e Urbano (Bairru Urbanismo)
Focada em loteamentos e bairros planejados, a Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda. é o braço de expansão territorial do grupo.

Projeto Ancora: O PARC (2025), localizado em Pitaiáns (RMC).

Diferenciais: Projeto assinado pelo escritório Jaime Lerner, abrangendo mais de 560 mil m². O empreendimento é um marco de uso misto, integrando residências, torres comerciais e lazer, com forte compromisso ambiental (130 mil m² de áreas verdes e APPs).

Transações Imobiliárias (Vizí Lotes)
A Vizí Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A. responde pela frente de compra e venda de imóveis, atuando na comercialização estratégica de ativos do portfólio do Grupo.

Serviços Especializados (Bairru Servicer)
A Bairru Servicer atua como o hub de inteligência e eficiência do Grupo Bairru. Sua missão é traduzir a complexidade do mercado imobiliário em processos ágeis, garantindo que a gestão de ativos e o fluxo de recebíveis operem com máxima performance. É o braço que sustenta a viabilidade financeira e a excelência operacional de todo o ecossistema, oferecendo:

- Gestão administrativa e financeira.
- Gestão de cobrança e serviços de *servicing* imobiliário.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo, apresentam-se as controladas diretas e indiretas da Companhia:

Nome	Relacionamento	Participação direta		Participação indireta		Capital	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-	-	-
Vizí Lotes Empreendimentos Imobiliários S/A	Controlada	100%	100%	-	-	-	-
Bairru Servicer Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-	-	-
Life LS I Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-	-	-
Fista Innovation Hub Ltda	Controlada	100%	100%	-	-	-	-
Parque Autódromo Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
Life DU Ijajai Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
Estância Rural do Paraná Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
Bairru Tratamento Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
M&B DV Empreendimentos e Participações Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
M&B DU II Empreendimentos e Participações Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
Residencial Parque das Cerejeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%	-	-
Bairru das Cerejeiras I SPE Ltda	Controlada	-	-	100%			

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
 - transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- Passivos financeiros**
- A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
- No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha ativamente um direito legalmente executável de compensar os valores e renhas a prestação de liquida-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)**(i) Ativos financeiros**

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. O cálculo da taxa de perda esperada é realizado de acordo com as perdas reais incorridas nos últimos 12 meses frente ao comportamento dos recebimentos desta conta a receber por faixa de vencimento, além de uma análise qualitativa por cliente, esta informação possibilita estabelecer a média de perdas históricas (abordagem simplificada do CPC 48).

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para aparar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

8 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os potenciais impactos e concluiu que não há efeitos materiais imediatos sobre as demonstrações financeiras de 2025, contudo, identifica impactos futuros relevantes na forma de apresentação das demonstrações a partir da adoção obrigatória da norma abaixo:

CPC 51 — Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027. O pronunciamento substituirá o CPC 26 (R1) e promoverá mudanças significativas na estrutura de apresentação da demonstração do resultado, introduzindo categorias padronizadas, subtópicos obrigatórios e novos princípios de agregação e desagregação. O Grupo já iniciou a avaliação dos impactos e preparou os sistemas e processos para a adoção integral do novo modelo.

O Grupo adotará o pronunciamento na data de vigência obrigatória e não pretende realizá-lo de forma antecipada.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos e equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e aplicações financeiras que possuem, em sua maioria, liquidez imediata, sem penalidade de juros, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso dos recursos no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	-	-	557	2.617
Aplicações financeiras	348	429	23.442	22.690
Total de caixa e equivalente de caixa	348	429	24.000	25.306
Rendimento de aplicações financeiras	412	262	2.256	1.865

Aplicações financeiras na modalidade compromissadas com remuneração média aproximada de 100% do CDI (2024 e 2025).

10 Contas a receber (Consolidado)

Os valores justos das contas a receber de clientes apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	774.494	548.713
(-) Ajuste a valor presente	(355.356)	(250.986)
(-) Provisão para impairment (i) de contas a receber de clientes	(1.195)	(11.159)
Contas a receber de clientes, líquidas	417.943	286.568
Parcela circulante	99.222	38.668
(-) Parcela não circulante	318.520	237.900

Os valores de clientes apresentam prazo de recebimento máximo de até 240 meses, e apresentam curva projetada de recebimentos conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Parcelas atrasadas	3.474	3.050
A vencer em 2025	774.494	548.713
A vencer em 2026	101.000	48.884
A vencer em 2027	83.843	44.065
A vencer em 2028	72.465	42.886
A vencer em 2029	65.045	42.073
A vencer em 2030	62.423	41.320
A vencer em 2031 à 2047	386.242	268.443
Contas a receber de clientes, líquidas	774.494	548.713

Abaixo apresentamos composição dos recebíveis vencidos, classificados por tempo de atraso (aging):

	Consolidado	
	2025	2024
Vencidas em 2022	-	4
Vencidas em 2023	30	126
Vencidas em 2024	3.127	2.920
Vencidas em 2025	3.127	3.127
Contas a receber de clientes, líquidas	3.474	3.050

Os valores constantes na tabela acima expressam o valor atual das parcelas dos contratos de compra e venda dos imóveis. Adicionalmente as parcelas serão reajustadas por IPCA conforme atualização monetária prevista nos contratos. A administração com base em uma avaliação individual de cada cliente entende que os montantes vencidos e não provisionados são recuperáveis. A Companhia possui uma provisão para perda de R\$ 1.195.

11 Adiantamentos

Os adiantamentos registrados no ativo circulante referem-se a desembolsos de caixa efetuados pela companhia para os quais o benefício econômico ou a entrega do bem/serviço ocorrerá dentro do ciclo operacional subsequente. Estes valores representam um direito de receber produtos, serviços ou direitos.

• O valor total de adiantamentos contempla três categorias:

- R\$ 31 - Corresponde a antecipações de férias e salários a serem compensados na folha de pagamento do período subsequente.
- R\$ 1.007, corresponde a adiantamento a fornecedores os quais correspondem a valores pagos antecipadamente para a aquisição de matérias-primas, estoques ou serviços. Estes valores são reclassificados para as contas de estoque ou despesas assim que os itens são efetivamente entregues ou os serviços prestados.
- R\$ 13.549, compreende valores antecipados que serão oportunamente compensados contra o passivo de "Contas a Pagar" relativo à aquisição de terrenos.

12 Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Estoque de Lotes (i)	301.383	98.510
Projetos em Andamento (ii)	66.969	276.972
Total de Estoques	368.352	375.482

Parcela do circulante 99.447 164.877
(-) Parcela do não circulante 268.905 210.605

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de estoques apresentou uma **redução líquida de R\$ 7.130** em comparação ao exercício anterior. Esta variação reflete, primordialmente, a conclusão de projetos em andamento e a sua subsequente transferência para o estoque de lotes, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Variação Líquida		Natureza
	2025	2024	
Estoque de Lotes (i)	301.383	98.510	202.873
Projetos em Andamento (ii)	66.969	276.972	(210.003)
Total de Estoques	368.352	375.482	(7.130)

(i) Estoque de Lotes

A Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S/A encerrou o período de 2025 com 511 unidades em estoque, totalizando um valor de R\$ 45.687. A maior parte desses estoques está distribuída nos seguintes empreendimentos:

- Paraná: Gran Riva (Campo Mourão), Bosque Santo Antônio e Vizi Alvorada (Fazenda Rio Grande), Moradas do Bosque (Piraquara), Bairro das Cerejeiras II (Guaruapuava), e Life Garden (São José dos Pinhais).
- Rio Grande do Sul: Eco Guaíba e Volta da Figueira (Viamão).

A controladora Life LS II Empreendimentos Imobiliários Ltda. encerrou o período de 2025 com 627 unidades em estoque destinadas a venda, totalizando um valor de R\$ 59.281. A maior parte dos estoques está distribuído nos seguintes empreendimentos:

- Paraná: Jardim Portinari (Marialva), Ecolife Fazenda (Fazenda Rio Grande), Porto Feliz (Campo Mourão) e La Bella Toscana (São José dos Pinhais).
- Rio Grande do Sul: Joy Cantegril (Viamão).
- São Paulo: Pérolas de Bragança (Bragança Paulista), Jardim Reserva São João (Hortolândia).

A Bairro Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda. encerrou o período de 2025 com 384 unidades em estoque destinadas a venda, totalizando um valor de R\$ 196.449. A maior parte dos estoques está concentrado estrategicamente no seguinte estado:

- Paraná: Bairro das Cerejeiras I e Complexo Cidade Tramonto (Guaruapuava), e Parc (Pinhais).

(ii) Projetos em andamento

Em 31/12/2025, a companhia detinha R\$ 66.969 em ativos imobiliários classificados como estoque em formação. Estes valores referem-se a contratos de aquisição de áreas e lotes cujos lançamentos comerciais estão programados para os exercícios de 2026 e 2027, encontrando-se atualmente em fase de regularização documental e desenvolvimento de infraestrutura.

13 Investimentos**a. Movimentação dos investimentos**

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	219.679	195.193
Investimento em controlada	39.375	25.285
Participação nos lucros de controladas	51.407	26.052
Lucros e receber de controladas deliberado em assembléia	(41.732)	(24.851)
Movimentação do exercício	49.950	49.950
Em 31 de dezembro	268.729	219.679

O valor descrito na linha de "investimentos em controladas", refere-se a aporte de capital.

b. Dividendos a receber

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	18.815	2.815
Lucros e receber de controladas deliberado em assembléia	41.732	24.851
Lucros e dividendos recebidos no período	(39.535)	(10.851)
Em 31 de dezembro	21.012	18.815

Em 2025 a controladora recebeu o montante de R\$ 14.844 da controlada Life LS II Empreendimentos Imobiliários Ltda. e R\$ 24.694 da controlada Bairro Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda. Adicionalmente, a controladora Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A. deliberou o montante de R\$ 2.197, resultando em um saldo de R\$ 21.012 na conta de dividendos a receber.

c. Informações patrimoniais das controladas

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) Balança patrimonial

	Bairro Urbanismo Lotes		LIFE LS II		Bairro Servicer		Pista		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante										
Ativo	317.918	110.016	84.339	938	(4)	513.207	464.612			
Passivo	38.005	50.848	43.660	287	-	132.800	95.987			
Ativo Circulante Líquido	279.913	59.168	40.679	651	(4)	380.407	368.625			
Não circulante										
Ativo	63.577	213.491	91.208	508	-	368.784	297.299			
Passivo	220.145	162.630	97.687	-	-	480.462	446.241			
Ativo não circulante líquido	283.722	376.121	188.895	508	-	(111.678)	(148.942)			
Patrimônio líquido	123.346	110.029	34.200	1.159	(4)	268.720	219.683			

(ii) Demonstração do resultado

	Bairro Urbanismo Lotes		LIFE LS II		Bairro Servicer		Pista		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receitas	114.673	43.319	65.380	554	-	223.927	124.356			
Resultado antes do IR e CSLL	29.447	10.455	18.593	(144)	(23)	58.327	32.348			
Despesa de IR e CSLL	(3.651)	(1.203)	(2.018)	(47)	-	(6.919)	(3.773)			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	25.796	9.252	16.574	(191)	(23)	51.408	28.575			
Lucro Líquido	25.796	9.252	16.574	(191)	(23)	51.408	28.575			

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a pagar aos fornecedores	681	25	4.435	1.131
Contas a pagar comissão	-	-	-	421
Contas a pagar aquisição de terrenos	-	-	69.609	74.359

Parcela circulante 681 25 66.613 56.252
(-) Parcela não circulante - - 7.431 19.659

Contas a pagar terrenos Parc - - 199.869 162.450
Parcela circulante - - 18.489 6.400
(-) Parcela não circulante - - 181.380 156.050

O montante de R\$ 69.609 refere-se às obrigações contratuais para a aquisição de novas áreas (Land Banking), distribuídas entre as seguintes controladas:

LIFE LS II Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R\$ 44.498

Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S.A. - R\$ 23.761

Bairro Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R\$ 1.350

O saldo de R\$ 199.869 registrado na conta de terrenos Parc, representa a obrigação líquida com os proprietários das áreas (parcelas). Este montante é calculado com base no VGV (Valor Geral de Vendas) a receber das unidades já comercializadas, somado ao valor de mercado do estoque remanescente.

Natureza da Obrigação: Conforme pactuado entre a Bairro Urbanismo e os proprietários, o repasse financeiro é processado exclusivamente mediante um percentual sobre os recebimentos efetivos das vendas. Dessa forma, a obrigação não possui um cronograma de vencimento fixo ou exigibilidade de aporte mínimo, estando estritamente vinculada ao fluxo de recebíveis da companhia.

15 Tributos diferidos

A movimentação dos saldos passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo anterior	19.985	16.970
IRPJ e CSLL Diferidos	3.729	1.380
Total do IRPJ e CSLL diferidos	3.729	1.380
Pis e Cofins diferidos	4.420	1.635
Total do PIS/COFINS diferido	4.420	1.635
Total do tributo diferido	28.134	19.985
Passivo circulante	6.700	3.975
Passivo não circulante	21.434	16.010

As empresas controladas que operam com venda de terrenos, são tributadas pelo regime de caixa, na medida do recebimento. A fim de traduzir contabilmente o lucro, foi reconhecido o imposto diferido de IRPJ e CSLL de R\$ 3.729 e PIS e COFINS diferidos de R\$ 4.420 sobre a receita já contabilizada, mas ainda não recebida, decorrente de contratos a longo prazo da venda de imóveis, conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
PIS/COFINS diferidos	15.259	10.839
PIS e Cofins diferidos	3.634	2.156
Passivo não circulante	11.625	8.683
Total do IRPJ e CSLL diferidos	12.876	9.146
Passivo circulante	3.066	1.819
Passivo não circulante	9.809	7.327

16 Debêntures

Em janeiro de 2021, a controlada Vizi Lotes Empreendimentos Imobiliários S/A realizou sua 2ª emissão de debêntures em 3 (três) séries, sob o regime de colocação privada. A operação, de espécie quirográfrica com garantias real e fiduciária, totalizou o montante integralizado de R\$ 113.600 (milhares).

A estruturação envolveu a emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) pelas subsidiárias, as quais serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

No decorrer de 2023, a Companhia efetuou sua 3ª emissão de debêntures da espécie quirográfrica a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, com garantia real e fiduciária adicional. A captação, no valor total de R\$ 120.000 (milhares), ocorreu via colocação privada e foi destinada à aquisição de lotes e ao custeio de terrenos e despesas operacionais vinculadas aos empreendimentos imobiliários da Companhia e de suas Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Os recursos captados destinaram-se a suportar a continuidade do crescimento dos negócios, incluindo a aquisição de lotes, pagamento de terrenos e custeio de despesas das Sociedades de Propósito Específico (SPEs). A distribuição dos títulos ocorreu via colocação privada e oferta com esforços restritos.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, as 5 (cinco) séries supracitadas encontram-se ativas, com o cumprimento regular de todas as obrigações e cláusula restritiva (covenants) financeira, referente ao atingimento do percentual mínimo da Sobregarantia, conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

A curva de amortização possui prazo 180 meses – alinhado com prazos das carteiras das SPEs e índice de atualização monetária atrelado ao IPCA.

Os valores estão classificados no passivo circulante e não circulante e a taxa média de juros é de 9,25% ao ano.

	Vizi Lotes	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	157.427	161.601
(+) Juros incorridos	13.762	14.224
(+) Correção monetária	7.039	7.555
(-) Juros pagos	(13.772)	(14.236)
(-) Amortização realizada	(11.662)	(11.716)

Em 31 de dezembro

(-) Depósito em fundo de reserva	(3.687)	(3.699)
Saldo líquido em 31 de dezembro	149.107	157.427
(-) Parcela do não circulante	147.228	152.454

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Bairru Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bairru Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de abril de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador
CRC 1PR066300/O-1

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 30/04/2026 07:23:57

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 13c1f2f26d98a29c4d53db6f265bdec9b3c09973174822a12b4908c616ffd330



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:24:07

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 9e54a748b5245b1c92134d02a8c3c87d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.442431443025 , -49.255794141769	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ: 29.297.890/0001-27

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024	
		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>				<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>	
Ativo Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	9.	850	62	9.537	1.518						
Contas a receber	10.	-	-	44.576	5.892						
Adiantamentos	11.	7.961	-	13.959	904						
Operações com partes relacionadas		1	-	4.583	-						
Outros créditos		18	16	211	436						
Estoques	12.	-	-	31.739	7.721						
Total do Ativo Circulante		8.830	78	104.605	16.471						
Ativo Não Circulante											
Contas a receber	10.	-	-	53.227	15.876						
Estoques	12.	-	-	213.313	254.080						
Adiantamentos		15	-	88	7.941						
Investimentos	13.	127.160	122.322	5	5						
Imobilizado e intangível		77	82	10.258	8.901						
Total do Ativo Não Circulante		127.252	122.404	276.890	286.802						
Total do Ativo		136.082	122.482	381.495	303.273						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para aumento de Capital	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	76.000	11.239	469	1.234	89.042
Capital integralizado	14.400	9.477	-	23.877	47.754
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(2.336)	(2.336)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	84.400	20.806	469	(1.102)	104.573
Capital integralizado	35.875	(8.204)	-	17.671	45.342
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	25.796	25.796
Distribuição de dividendos	-	-	-	(24.694)	(24.694)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	110.275	12.602	469	-	123.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade empresarial limitada, está localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. A Empresa possui escritório administrativo com sede na Rua General Mario Tourinho, 1805, Sala 1801, Curitiba, Paraná.

A Bairru Urbanismo atua no desenvolvimento de projetos imobiliários, convertendo glebas em loteamentos, condomínios de lotes e bairros planejados, com foco na criação de empreendimentos urbanos qualificados para comercialização.

Loteamentos: Segmentação de solo com infraestrutura completa para ocupação urbana. Condomínios de Lotes: Áreas privativas com controle de acesso, segurança e lazer exclusivo.

Bairros Planejados: Projetos que integram residências, comércio e espaços públicos.

A Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda é o braço de expansão territorial do Grupo.

• **Projeto Ancor:** O PARC (2025), localizado em Pinhais (RMC).

• **Diferenciais:** Projeto assinado pelo escritório Jaime Lerner, abrangendo mais de 560 mil m². O empreendimento é um marco de uso misto, integrando residências, torres comerciais e lazer, com forte compromisso ambiental (130 mil m² de áreas verdes e APPs).

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas diretas do Grupo:

Nome	Relaciona-mento	Partici-pação Direta	Partici-pação Indireta	Partici-pação Indireta	Partici-pação Indireta	Capital Social		Capital Social	
						2024	2025	2024	2025
MLB DU Empreendimentos E Participações Imobiliárias Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Parque Autódromo Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Life DU Injaj Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Estações Rurais do Puraúna Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Bairru Tramonto Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XXV Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XIV Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XV Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XVI Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XVII Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XVIII Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
PGF XIX Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Hotel Fazenda Campos Do Puraúna Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Fazenda Campos Gerais Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Parque Autódromo Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Parque Autódromo Residencial I Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
Parque Autódromo Residencial II Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	100%	100%	-	-				
MLB II DU Empreendimentos E Participações Imobiliárias Ltda	Controlada	-	-	100%	100%				
Residencial Parque das Cerejeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	Controlada	-	-	100%	100%				
Bairru das Cerejeiras I SPE Ltda	Controlada	-	-	100%	100%				

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Empresa, segundo o parágrafo 6º do art. 77 da Lei 11.638/07, optou por observar as normas sobre demonstrações financeiras expressas pela CVM para as Empresas abertas e, portanto, continuou a aplicar o Percentual de Conclusão (POC) como método para o reconhecimento das Receitas, considerando o Ofício-Circular emitido pela CVM (CVM/SNC/SEP nº 02/2018) que orienta a continuidade do reconhecimento da receita de incorporadoras imobiliárias através desse método.

As operações de aquisição dos terrenos do Empreendimento Parc Autódromo têm definido como forma de pagamento a entrega futura de um percentual líquido sobre o VGV (valor geral de vendas).

Para a apuração dessa obrigação, adota-se uma metodologia de valoração híbrida e dinâmica: Unidades Comercializadas: A base de cálculo é definida pelo preço efetivo de venda praticado no fechamento de cada contrato.

Unidades em Estoque: A base de cálculo é projetada com base no preço de tabela atualizado (valor do lote colocado à venda), garantindo que o ativo reflita valor de mercado em tempo real.

A elaboração das demonstrações financeiras da Bairru Urbanismo fundamenta-se em diretrizes contábeis que exigem da Administração o exercício de julgamentos críticos e o uso de estimativas fundamentadas. Tais premissas são essenciais para a aplicação das políticas contábeis e impactam diretamente a mensuração dos ativos e passivos. As áreas de maior complexidade técnica e sensibilidade a variações de estimativas estão detalhadas na Nota Explicativa 5."

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Normas contábeis e divulgações
 As seguintes alterações de normas foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:
Alteração ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: a alteração introduz requisitos para reconhecer quando uma moeda é conversível em outro e quando não é, e como a entidade deve determinar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível. Nesse caso, a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários avaliar como a falta de conversibilidade afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

4 Moeda funcional e de apresentação
 Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas
 Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas

são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas
 As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- Nota explicativa 22: método de Percentagem de Conclusão (POC).
- Nota explicativa 24: reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e permanecem no escopo de consolidação até que tal controle seja efetivamente cessado. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo de transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita à medida que transfere o controle sobre os imóveis ao cliente.

O ciclo de comercialização inicia-se com a formalização da Carta Proposta, que estabelece as condições comerciais e a reserva da unidade. A conversão Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia de Pagamento e Outras Avencas (CCV) ocorre mediante a quitação do sinal de negócio.

O reconhecimento contábil da receita e o registro do contrato nos sistemas de gestão integrados são realizados após a validação desse fluxo, observando o cumprimento das obrigações de desempenho prevista.

O direito de arrendamento é assegurado tanto na Carta Proposta quanto no Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia de Pagamento e Outras Avencas (CCV). O cliente poderá exercer a rescisão da transação em até 7 (sete) dias corridos contados da assinatura da proposta, gerando-se a restituição integral de todos os valores desembolsados, sem ônus ou retenções.

Abaixo fornecemos informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

O Grupo adota o método da Percentagem de Evolução da Obra (POC). Sob esta metodologia, a receita é apropriada ao resultado de forma progressiva, baseada na relação entre os custos incorridos e o custo total orçado no empreendimento.

O reconhecimento da receita pelo método POC requer uma estimativa dos custos a incorrer até o término da construção e entrega da obra, a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e o orçamento de custo da obra. Essa proporção é aplicada sobre o valor de venda das unidades já comercializadas e, subsequentemente, o valor é reajustado segundo as condições dos contratos de venda, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período.

Receitas, custos e despesas relacionados são reconhecidos no decorrer do projeto de construção com base nos custos incorridos em relação aos custos totais do período, e não no momento da assinatura dos contratos para a venda de unidades ou do recebimento dos valores correspondentes à venda de unidades. O lucro é reconhecido com base nos custos incorridos em relação aos custos totais do projeto. As principais regras adotadas para o reconhecimento de receita aplicadas aos nossos negócios são as seguintes:

- A percentagem de custos incorridos, incluindo os custos relacionados a terrenos, projetos e construção, é medida em relação aos custos orçados totais;
- Para determinar o valor das receitas a serem reconhecidas em qualquer momento determinado, a percentagem dos custos incorridos sobre os custos orçados totais é aplicada ao valor total das unidades vendidas, definido de acordo com os termos estabelecidos nos contratos de venda;
- Eventuais valores recebidos em relação à venda de unidades que excede o valor das receitas reconhecidas são registrados como "adiantamentos de clientes";
- Qualquer valor das receitas reconhecidas que exceder o valor recebido de clientes é registrado como ativo "contas a receber".

As práticas adotadas para apuração e registro dos valores nas contas de estoques de imóveis e adiantamentos, contas a receber e adiantamentos de clientes seguem o método POC considerando o Ofício Circular emitido pela CVM (CVM/SNC/SEP nº 02/2018).

(f) Receita de Vendas

Receitas de vendas de comercialização de lotes com obras de infraestrutura em obras, a Empresa fundamenta suas práticas contábeis no item 21 da Orientação Técnica OPCD 04. Este dispositivo prevê que a transferência do controle, riscos e benefícios da propriedade ocorre de forma contínua, acompanhando o estágio de execução do empreendimento. Se houver transferência contínua dos riscos e benefícios inerentes ao imóvel, o reconhecimento de receitas e custos é processado em consonância com o avanço físico do empreendimento. Este reconhecimento segue o método da percentagem de evolução da obra (POC), assegurando que o resultado reflita, com precisão, a entrega gradual de valor e a evolução das obrigações de desempenho ao longo do cronograma de construção.

(ii) Receita de juros

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas
 O Grupo financia seus clientes em até 180 meses. Sobre este parcelamento incidem juros e atualização monetária.

Política de reconhecimento da receita

A receita de juros e atualização monetária são reconhecidos pro rata com base nas condições contratuais. A receita de juros e atualização monetária, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros auferidos e incorridos, bem como as atualizações monetárias aplicadas sobre ativos e passivos, refletindo as condições contratuais de correção e os rendimentos sobre a disponibilidade de caixa. As receitas e despesas financeiras, incluindo as atualizações monetárias, são reconhecidas no resultado com base na taxa efetiva de juros, em observância ao regime de competência e à mensuração do valor do dinheiro no tempo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Controladora
 A controladora Bairru Urbanismo Empreendimentos Imobiliários Ltda, é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil anuais para o IRPJ, e de 9% para a CSLL. O cálculo considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, observando o limite legal de 30% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme a legislação tributária em vigor.

Demonstração dos fluxos de caixa-método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	25.796	(2.336)	25.796	(2.336)	
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	(28.079)	(360)	(1)	-	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	-	-	3.650	698	
Despesa com depreciação	3	3	264	92	
Tributos diferidos	-	-	2.767	(305)	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(154)	130	
Juros e correção monetária incorridos	2.206	2.271	3.859	3.158	
	(74)	(423)	35.180	1.426	
Variação em:					
Clientes	-	-	(75.881)	8.370	
Adiantamentos	(7.975)	-	(5.202)	(3.505)	
Estoques	-	-	16.749	(174.392)	
Partes relacionadas	-	-	(4.583)	-	
Outros Créditos	(2)	20	226	781	
Fornecedores	751	1	2.300	(177)	
Obrigações fiscais e sociais	1	1	374	(83)	
Outras obrigações passivas	-	-	1.135	(30)	
Obrigações não circulantes	(6.249)	6.249	11.934	-	
Terrenos a pagar	-	-	34.778	157.296	
Adiantamento de Cliente	-	-	(1.305)	(254)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(13.549)	5.848	18.315	(10.568)	
Juros pagos e amortização realizada	(2.149)	(2.296)	(2.734)	(2.951)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(910)	(983)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(15.697)	3.552	14.672	(14.501)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Integralização de capital em controladas	(6.167)	(35.829)	-	-	
Dividendos recebidos de controladas	29.409	15.808	-	-	
Imobilizado	-	-	(1.620)	(6.633)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	23				

Documento final gerado em 30/04/2026 07:25:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e785ae93fc32e52ae4a2e3b24f5acf15912573f44a1722da9574869acc3dbbcc



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:25:57

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 6e78635612f05c868b61030d731fdf8e



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.442395148947 , -49.25581370792	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS

CNPJ 76.497.338/0001-62

Sede: Rua Alferes Poli, nº 140 - Centro - Curitiba/PR - CEP 80.230-090

Financial statements including BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO, DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA, and DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2.025 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais
A Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus é uma pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa, apolítica, de fins educacionais, sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

Para o cumprimento dos seus objetivos estatutários, a Entidade mantém as seguintes unidades educacionais:

a) Colégio Bom Jesus: ensino infantil, fundamental e médio. Correspondendo a trinta e seis (37) unidades, estando assim localizadas:

Table with columns Estado and Cidade listing school locations across various states like Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, and Rio de Janeiro.

b) FAE Centro Universitário: com quatro (4) unidades de ensino superior e pós-graduação, estando assim localizadas:

Table with columns Estado and Cidade listing university locations in Paraná and Santa Catarina.

Ainda, para cumprir seus objetivos sociais, a Entidade mantém atividades de educação de livros didáticos, comerciais com materiais didático-pedagógicos e uniformes. A Entidade foi declarada de utilidade pública municipal, na cidade de Curitiba, através da Lei nº 4.702 de 12 de dezembro de 1.973.

1.1. Autorização das demonstrações financeiras
A diretoria da Entidade autorizou a consolidação e divulgação destas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2.026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras
2.1. Normas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, subsidiadas nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITC 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros, e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional. Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Entidade atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem riscos significativos de resultarem em ajustes materiais no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 7: determinação da perda de crédito esperada de contas a receber.

• Nota explicativa 11: determinação da vida útil das propriedades para investimento e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

• Nota explicativa 12: determinação da vida útil dos ativos imobilizados e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

• Nota explicativa 18: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

• Nota explicativa 28: mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1. Princípio da competência
A Entidade adota o princípio da competência em seus registros contábeis. Na apuração do resultado, as receitas, custos e despesas foram registradas por seus valores originais e de acordo com este princípio, considerando quando aplicável, os rendimentos, os encargos e os efeitos dos ajustes dos ativos e passivos, de acordo com sua realização.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Entidade considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de convertibilidade em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente se qualifica como equivalente de caixa, quando sua liquidez é inferior a 90 dias.

3.3. Aplicações financeiras
As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos não imediatos. A Entidade mantém no não circulante, os investimentos com liquidez superior a 360 dias.

3.4. Instrumentos financeiros
3.4.1. Classificação
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados, e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Entidade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos". Em 31 de dezembro de 2.025, a Entidade possui caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2.025, a Entidade não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2.025, a Entidade possui contas a receber de clientes, nessa classificação.

d) Passivos financeiros
A Entidade não mantém, nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros passivos financeiros
Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2.025, no caso da Entidade, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

3.4.2. Reconhecimento e mensuração
As comprás e as vendas realizadas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos, tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

3.4.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber de clientes
Demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias até a data de encerramento das demonstrações financeiras, bem como ajustado pelas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

Durante o exercício, foram realizados ajustes à valor presente (AVP) para refletir o valor atualizado dos ativos, considerando fatores como juros e encargos. O AVP foi aplicado nos títulos de acordos de mensalidades escolares com vencimento superior a 365 dias.

3.6. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa
Foram feitas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, de acordo com o período de inadimplência, cujo montante é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. Estes índices são periodicamente revisados buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores.

Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados na rubrica "PECLD - perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa" são, em geral, revertidos e baixados em definitivo das contas a receber.

3.7. Adiantamentos a funcionários e fornecedores
São representados por adiantamentos efetuados a funcionários, com a finalidade de adiantamentos de férias, salários, despesas de viagens, representando a Entidade, e a fornecedores e prestadores de serviços, como sinal na aquisição de produtos e na contratação de serviços.

3.8. Estoques
Os estoques estão representados, basicamente, por materiais didáticos e uniformes escolares, avaliados pelos custos médios de aquisição, líquidos de impostos, que não superam os valores de recuperabilidade.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Entidade. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

3.9. Despesas antecipadas
Composto por apropriações de prêmios de seguros e assinaturas de períodos pagos antecipadamente.

3.10. Propriedades para investimento
As propriedades para investimentos são mantidas pela Entidade com a finalidade de obtenção de renda de aluguel.

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo. Após o reconhecimento inicial, permanecem registradas pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é calculada para amortizar o custo do ativo, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.11. Imobilizado
a) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment se houver).

Atendendo ao CPC 27 e à ICP 10, em 2.011 e 2.012 a Entidade avaliou os bens imóveis e veículos, trazendo a valor justo, com nova vida útil e valor residual.

Em 2.024, a Entidade realizou a avaliação dos bens imóveis, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, revisando a estimativa da vida útil dos imóveis, passando a produzir efeitos a partir de janeiro de 2.025.

Os bens avaliados estão registrados pelo seu valor recuperável, conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 36 (IASB).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos dentro de outras receitas e outras despesas no resultado.

b) Custos subsequentes
Os custos de reposição de um componente do imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

c) Depreciação
Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como segue:

Table with columns Descrição and Anos, listing depreciation periods for Edificações (10 a 50), Máquinas e equipamentos (10), Computadores e periféricos (5), Móveis e utensílios (10), Instalações (10), Veículos (5 a 20), Benefetórias (4 a 35).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.12. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses, acima deste período, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

3.13. Antecipação de clientes
Corresponde aos valores nominais de semestralidades ou anuidades educacionais, relativas ao exercício seguinte recebidas antecipadamente e antecipação de vendas.

3.14. Férias e encargos a pagar
Foram constituídas com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, apropriadas até a data de encerramento do balanço. Foram calculadas a partir do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

3.15. Provisões para contingências
As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a) Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

3.16. Arrendamentos mercantis
No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento contida no CPC 06 (R1) IFRS 16.

(I) Como arrendatário
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade. A taxa incremental de captação utilizada pela Entidade para desconto é a taxa de crédito de mercado.

O pagamento de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

• pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

• pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

• valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

• o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(II) Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de custos ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, sendo utilizado o ajuste a valor presente quando aplicável.

3.18. Apuração do superávit/déficit
O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços e vendas são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros revertam para a Entidade e, assim, possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

3.19. Demonstração do fluxo de caixa
A Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos, ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3.20. Aspectos fiscais
A Entidade, na condição de educadora e assistência social sem finalidade de lucros, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso VI, alínea "c" da CF/88).

3.21. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
A Entidade não adotou a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;

• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Entidade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Entidade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras. Contudo, a Administração da Entidade espera que a aplicação dessas alterações tenha reflexo sobre as demonstrações financeiras no futuro.

4. Gerenciamento de risco
A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Entidade. As políticas são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, para monitorar riscos e aderência aos limites.

5. Caixa e equivalentes de caixa
Estão representados como segue:

Table with columns Circulante, Descrição, 2.025, 2.024, listing Caixa, Bancos, and Aplicações financeiras de liquidez imediata.

As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2.025 a Entidade mantém suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Cooperativo Siciredi S.A., Banco Itaú Unibanco S.A. e XP Investimentos CDTVM S.A.

As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados à inflação e renda fixa, como o CDI e operações de renda variável com baixo risco, de acordo com a avaliação da Administração, podendo, em geral, ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. No exercício de 2.025 as aplicações de renda fixa foram remuneradas de 99% a 110% do CDI e títulos pré-fixados de 15,35% a.a.

6. Aplicações financeiras
As aplicações financeiras correspondem a valores indisponíveis, ou seja, sem liquidez imediata e estão representadas como segue:

Table with columns Circulante, Descrição, 2.025, 2.024, listing Mensalidades escolares, Acordos de mensalidades escolares, Valores a receber de operadores de cartão, Parcelamentos estudantis diferenciados, Outras contas a receber, Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b), Total, Não circulante, Descrição.

As aplicações financeiras da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2.025 a Entidade mantém suas aplicações com o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Cooperativo Siciredi S.A., Banco Itaú Unibanco S.A. e XP Investimentos CDTVM S.A.

As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados a fundos DI e renda fixa, como o CDI e operações de renda variável com baixo risco, de acordo com a avaliação da Administração, podendo, em geral, ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. No exercício de 2.025 as aplicações de renda fixa foram remuneradas de 99% a 110% do CDI e títulos pré-fixados de 15,35% a.a.

7. Contas a receber de clientes
As contas a receber estão representadas como segue:

Table with columns Circulante, Descrição, 2.025, 2.024, listing Mensalidades escolares, Acordos de mensalidades escolares, Valores a receber de operadores de cartão, Parcelamentos estudantis diferenciados, Outras contas a receber, Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b), Total, Não circulante, Descrição.

a) Atendendo as condições do CPC 12 (R1), no exercício de 2.025 a Entidade registrou o ajuste a valor presente, reconhecendo os efeitos financeiros embutidos nos títulos de acordos de mensalidades escolares realizados no exercício, com vencimento superior a 365 dias.

b) As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, parcelamentos estudantis diferenciados e financiamentos a receber. Como critério para constituição da PECLD, a Entidade provisiona valores vencidos de acordo com o grau de risco, classificando os vencimentos com mais de 90 dias para acordos de mensalidades escolares e parcelamentos estudantis diferenciados, e 180 dias para os demais recebíveis; e destes clientes, adicionados todos os títulos vencidos e a vencer.

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está composta da seguinte forma:

Table with columns Descrição, 2.025, 2.024, listing Saldo no início do período, Baixas, Acréscimo da provisão, Saldo final do período.

8. Adiantamentos a funcionários e fornecedores

Os adiantamentos concedidos a funcionários e fornecedores estão representados como segue:

Table with 3 columns: Circulante, Não Circulante, Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Adiantamentos a fornecedores, férias, viagens, funcionários.

9. Créditos tributários

Estão associados a processos ajuizados pela Entidade que objetivam o reconhecimento de inexistência de relação jurídica tributária e a repetição do indébito de contribuições previdenciárias e imposto sobre transmissão de bens imóveis.

Table with 3 columns: Circulante, Não Circulante, Descrição, 2.025, 2.024. Rows include INSS a compensar - SESC, INCR e SEBRAE (a), INSS a recuperar - créditos salário maternidade (b), Outros créditos tributários.

antecipada por manifesto de uma das partes.

Apesar dos prazos contratuais, a Administração da Entidade adota como regra o registro de 60 meses de arrendamentos mercantis, prazo considerado adequado para eventual rescisão de contrato em razão do segmento de atuação.

Table with 4 columns: Descrição, Ativo direito de uso, Passivo de arrendamento, Saldo em 31 de dezembro de 2.024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2.024, Despesas com amortizações, Despesas com juros, Pagamentos, Atualizações de contratos, Atualização período 60 meses, Saldo em 31 de dezembro de 2.025.

14. Fomecedores

Os fornecedores estão representados como segue:

Table with 4 columns: Circulante, Não Circulante, Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Fomecedores, Fomecedores comerciais, Provisão de despesas operacionais.

Composição dos fornecedores por vencimento:

Table with 4 columns: Vencimentos dos fornecedores, 2.025, 2.024. Rows include A vencer até 30 dias, A vencer de 31 até 60 dias, A vencer de 61 até 90 dias, A vencer de 91 até 120 dias, A vencer de 121 até 150 dias, A vencer de 151 até 180 dias, A vencer a mais de 180 dias.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas estão representadas como segue:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Salários a pagar, Contribuição previdenciária, Fundo de garantia por tempo de serviço, Programa de integração social, Imposto de renda retido na fonte, Outros valores e contribuições.

16. Antecipações de clientes

As antecipações de clientes estão representadas como segue:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Antecipações de mensalidades, Antecipações comerciais, Recebimentos a maior sobre serviços educacionais, Outros adiantamentos de clientes.

17. Férias e encargos a pagar

Estão constituídas com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas. As férias e encargos a pagar, apropriadas até a data de encerramento do balanço, estão representadas como segue:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Salários a pagar, Férias, 1/3 Férias, INSS, FGTS, PIS, Total.

18. Provisão para contingências

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e civis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Salários trabalhistas, Ações trabalhistas, Ações civis, Total.

A movimentação das provisões está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Saldo no início do período, Reversão, Acréscimo da provisão, Saldo final do período.

Adicionalmente a Entidade tem ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há obrigatoriedade de constituição de provisão, cujos valores representam R\$ 410 em processos trabalhistas e R\$ 575 em processos civis.

19. Provisão para sucumbências

Valor de honorários de sucumbência provisionado em decorrência da fase avançada que se encontra o processo n.º 5044462-61/2017.04.07000, por meio do qual a Entidade busca a declaração de seu direito à imunidade tributária. Após a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, aguarda-se o julgamento, pelo STJ, do recurso especial por ela interposto, inclusive no que se refere à metodologia para fixação dos honorários sucumbenciais, empregada nas decisões proferidas na referida ação. Diante disso, a provisão contábil leva em consideração os honorários fixados em sentença de 10% sobre o valor atualizado da causa, acrescido de 10% conforme acórdão, considerando a possível adequação da verba sucumbencial a ser reformada pelo STJ.

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Provisão para sucumbências, Total.

20. Contribuições "sub judice"

A Entidade mantém contribuições e impostos sub judice, que estão sendo garantidos mediante depósitos judiciais, apresentando os seguintes saldos nos encerramentos dos exercícios:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Provisão para contingência proc. do ICMS energia elétrica (a), Depósitos judiciais proc. do ICMS energia elétrica (a), Provisão para contingência processo do INSS (b), Depósitos judiciais do processo do INSS (b).

a) Depósitos judiciais relacionados com o processo jurídico postulando a imunidade da cobrança de ICMS sobre energia elétrica e serviços de comunicação. b) Depósitos judiciais relacionados ao processo jurídico postulando a imunidade das contribuições previstas no artigo 195 da CF/88.

21. Patrimônio líquido

Refere-se ao resultado (déficit/superávit) apurado em cada período, incorporado ao patrimônio social, para manutenção dos objetivos sociais da Entidade. O superávit do período está sendo mantido em conta específica, enquanto não aprovação pela assembleia de associados, após a sua aprovação, será transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social.

A Entidade não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiros, associados ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma.

22. Receita operacional líquida

Apresentamos abaixo a composição da receita operacional líquida da Entidade.

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include RECEITA OPERACIONAL BRUTA, Descontos e bolsas educacionais, DEDUÇÕES DA RECEITA, Descontos e bolsas educacionais, ICMS sobre vendas, RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.

Composição dos serviços educacionais:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Mensalidades escolares, Mensalidades extracurriculares, Taxas escolares, Total.

23. Custos

Apresentamos abaixo a composição dos custos dos serviços prestados com educação e dos produtos vendidos.

Table with 4 columns: Custos dos serviços prestados, Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Salários e encargos do ensino básico, Salários e encargos do ensino superior, Gastos de manutenção do ensino básico, Gastos de manutenção do ensino superior, Perdas estimadas créditos liquidação duvidosa do ensino básico, Perdas estimadas créditos liquidação duvidosa do ensino superior, Valor Locativo, Depreciação, Outros custos, Total.

Custos dos materiais vendidos

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Livros e material didático, Edição dos materiais, Uniformes, Total.

24. Despesas gerais e administrativas

Apresentamos a seguir a composição das despesas gerais e administrativas:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Salários e encargos, Gastos com lances, Gastos gerais, Gastos com marketing, Gastos com materiais, Depreciação, Créditos não recuperáveis, Total.

25. Outras receitas e despesas

Apresentamos a seguir a composição de outras receitas que integram o resultado operacional:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Ressorcamento de processos, Recuperação de perdas, Aluguéis, Intercâmbios e eventos escolares, Alienação de bens, Ressorcamento de sinistro, Outras, Total.

26. Resultado financeiro

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

Table with 4 columns: Descrição, 2.025, 2.024. Rows include Rendimento de aplicação financeira, Juros e multas cobrados, Descontos obtidos, Total receita financeira, Juros sobre arrendamentos mercantis, Descontos concedidos, Juros e multas pagas, Outras despesas financeiras, Total despesa financeira, Resultado Financeiro Líquido.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2.025, a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Coberturas, RISCOS CORPORATIVOS, Dano máximo provável para incêndio, raio, explosão, danos elétricos e outros, Responsabilidade civil, Lucros cessantes, Equipamento, instalações e outros, Limites de cobertura (R\$).

TRANSPORTE DE ALUNO

Table with 2 columns: Danos corporais e materiais de passageiros, Danos corporais e materiais de terceiros, Danos corporais de passageiros/terceiros, Outros.

VEÍCULOS

Table with 2 columns: Veículos, Invalidez permanente ou morte, Danos corporais e materiais, Danos morais.

28. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Entidade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade.

a) Identificação e avaliação dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis e contas a pagar a fornecedores.

b) Caixa e equivalentes de caixa, mensalidades líquidas a receber, outros direitos realizáveis e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c) Financiamentos

O valor contábil dos financiamentos em reais tem taxas competitivas, abaixo do valor de mercado, e por isso não apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado.

d) Composição de saldos

Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.025 estão identificados a seguir:

Table with 3 columns: Descrição, Saldo contábil consolidado, Valor de mercado. Rows include Disponibilidades, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros direitos realizáveis, Fomecedores, Total.

e) Risco de liquidez

E o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar as operações da Entidade.

f) Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles descentes.

g) Gerenciamento de riscos

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Entidade podem ser considerados como:

- Risco de taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.
• Risco de crédito
Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.
• Risco cambial
A Administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais.

29. Benefícios fiscais

A Entidade na condição de Entidade Sem Fins Lucrativos, nos termos da legislação vigente, se beneficiou do não recolhimento de tributos e contribuições. A seguir, estão estimados os principais benefícios fiscais obtidos:

Table with 2 columns: Descrição, Valores Estimados. Rows include Imposto de renda - IRPJ, Contribuição social - CSLL, Contribuição social sobre o faturamento - COFINS, Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, Total.

30. Ações assistenciais

A Entidade, exercendo sua responsabilidade social e promoção da educação, desenvolve projetos voltados à promoção humana, social e ambiental, como: a) Bom Jesus Social; b) projeto Virtudes e Atitudes; c) incentivo ao desenvolvimento comunitário; d) inclusão social de crianças e jovens com deficiência intelectual; e) educação de crianças em comunidades carentes; f) projetos de sustentabilidade; g) atendimento jurídico e psicológico a comunidade carente; h) consultoria gratuita para micro e pequenas empresas, dentre outros. O Bom Jesus Social materializa a essência da missão franciscana do Grupo Educacional Bom Jesus, unindo e fortalecendo os esforços da comunidade escolar em pro de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, a iniciativa promove projetos sociais que beneficiam refugiados, enfermos, idosos, crianças carentes, populações de rua, catadores de materiais recicláveis, entre outros. As entidades de diferentes perfis. Todas essas ações contam com um suporte financeiro oferecido pelo Entidade, com pagamento de docentes que atuam diretamente no desenvolvimento dessas atividades. Os projetos também contam com a atuação de alunos voluntários, bem como de colaboradores, que, altruisticamente, auxiliam na concepção dessas atividades. Na área de educação, a Entidade promove a inclusão social nos diversos níveis de ensino, por meio de projeto próprio de concessão de bolsas de estudos a alunos carentes através de avaliação do perfil socioeconômico, bem como concede bolsas de estudos a funcionários e seus dependentes, tanto na educação básica como superior. Em parceria com o SESC-PR, mantém um projeto para concessão de bolsas de estudos integrais no ensino médio a alunos comerciantes e dependentes de comerciantes.

31. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações financeiras. Curitiba, 31 de dezembro de 2.025.

Table with 2 columns: João Mannes (Presidente), Valesca Elaine Dotzorski (Contadora CRC/PR 056201/O-0).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e conselheiros da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus Curitiba - PR

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (Entidade), que compoem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 - R1).

Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras A administração da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de controle, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 27 de fevereiro de 2026. MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PR Nº 6.472/0-1 George Angnes Contador CRC-PR Nº 42.667/0-1

PUBLICIDADE LEGAL ATAS / BALANÇOS / EDITAIS (4) 3333-9800



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 30/04/2026 07:27:08

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 795997dcd051a668a060d4e6d86d5e1a14dc11ebb752e618964801ec1f79616f



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:27:17

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: fe9ab7a3487632a8ed1c20f86b6d688a



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.442392337097 , -49.255809998305	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





AMBIENTAL PARANÁ 2 SPE S.A.

CNPJ: 57.864.574/0001-25
Mensagem da Administração

A Ambiental Paraná 2 SPE S.A. presente em 36 municípios do estado do Paraná, apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Ambiental Paraná 2 SPE S.A. é uma sociedade de propósito específico e de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2025. A Companhia tem por objeto social a prestação dos

Table with columns: Ativo, Nota, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Estoques, Tributos a recuperar, etc.

Table with columns: Nota, Capital social subscrito, Capital social a integralizar, Total do capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2024, Aumento de capital social, etc.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Londrina, Paraná. Em 13 de janeiro de 2025 foi assinado o Contrato de parceria público-privada nº 61671 - Edital de concorrência Internacional nº 01/2024 firmado com a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná (doravante denominada "SANEPAR").

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na ampliação, manutenção e prestação dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios da microrregião centro-leste atendidos pela Sanepar no Lote 01. Sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa. O prazo de vigência do contrato, contado da assinatura do contrato, será de 24 anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 2.627, substancialmente composto pelos passivos de fornecedores e arrendamentos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 11 e nº 12. A Companhia está em fase inicial de operação e a Administração avalia que a mesma goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios em condições de normalidade.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: Mensuração da margem de receita de construção; A margem é determinada com base na projeção dos fluxos futuros de custos e receitas associados aos serviços de construção, os quais são trazidos a valor presente, considerando premissas econômicas, financeiras e operacionais definidas pela Administração.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos intangíveis

O ativo intangível reconhecido pela Companhia decorre da parcela de remuneração variável, à qual a Companhia faz jus. A remuneração pelos serviços de construção é bifurcada entre ativo financeiro e ativo intangível, de acordo com a natureza dos direitos contratuais relacionados à contraprestação.

Nessas circunstâncias, a Companhia não possui direito contratual incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente, mas apenas o direito de receber a contraprestação variável proveniente da cobrança aos usuários dos serviços públicos, motivo pelo qual essa parcela é registrada como ativo intangível, sendo reconhecida à medida que os serviços de construção são prestados.

(i) Ativos financeiros contratuais

O ativo financeiro contratual reconhecido pela Companhia decorre da parcela de remuneração fixa, à qual a Companhia faz jus, referente aos serviços de construção prestados. Nessas circunstâncias, a Companhia detém direito contratual incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente, independentemente do nível de utilização da infraestrutura pelos usuários dos serviços públicos.

Dessa forma, a parcela da contraprestação correspondente ao direito incondicional de recebimento de caixa é registrada como ativo financeiro, sendo reconhecida à medida que os serviços de construção são prestados, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

serviços de esgotamento sanitário na região centro-leste do Paraná, sob o regime de concessão, com parceria público privada-PPP, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos. Em janeiro de 2025, a Companhia iniciou oficialmente suas operações para o fornecimento de serviços de esgotamento sanitário para 190 mil pessoas. Ao longo do ano, foram executados investimentos para ampliação desses serviços nos 36 municípios atendidos. Neste mesmo ano de mobilização de colaboradores, a Companhia promoveu projetos sociais

Table with columns: Passivo, Nota, 2025, 2024. Rows include Fornecedores e empreiteiros, Obrigações trabalhistas e sociais, Obrigações fiscais, etc.

Table with columns: Nota, Capital social, Capital social a integralizar, Total do capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2024, Aumento de capital social, etc.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

• Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d) Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é coparticipadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

e) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) Serviços de tratamento de esgoto

A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado.

(ii) Receitas de construção do ativo financeiro e ativo intangível

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que a Companhia executa. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado em função do estágio de conclusão da obra, à medida que os custos são incorridos, e mensurada com base nos seus valores justos. A Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos.

A remuneração dos serviços de construção é suportada tanto por contraprestação fixa quanto variável, de modo que a Companhia reconhece um ativo financeiro correspondente às parcelas incondicionais a receber, e um ativo intangível relacionado ao direito de cobrança vinculado à contraprestação variável.

A receita reconhecida em 31 de dezembro de 2025 é feita pelo custo mais margem de 18,21%. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos as amortizações, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. Está abordagem reflete de forma adequada a substância econômica dos fluxos contratuais, permitindo a separação apropriada entre (i) a remuneração pelos serviços de construção e (ii) os efeitos financeiros decorrentes do diferimento no recebimento da contraprestação, especialmente em contratos com prazos extensos.

À Companhia possui um direito incondicional de recebimento de caixa sobre parte do montante dos investimentos realizados, razão pela qual possui um ativo financeiro junto à Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), reconhecida na rubrica ativos financeiros contratuais, conforme nota explicativa nº 7.

(iii) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: arrendamentos conforme nota explicativa nº 12.

f) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributo corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributo diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

além de cursos gratuitos profissionalizantes reforçando a importância da cooperação e de práticas éticas e responsáveis nas suas atividades.

Para o próximo exercício, continuaremos focados na execução dos investimentos planejados, visando cumprir as metas estabelecidas para avanço do esgotamento sanitário, seguindo as premissas de eficiência operacional e financeira do Modelo Operacional Aegae.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Prejuízo do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Resultado antes dos tributos, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Variações nos ativos e passivos, Aumento/diminuição dos ativos, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais, Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Nota, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro, Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro, etc.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente.

g) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de valores dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(i) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

• A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

continua ->

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

continua →

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(iv) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

(v) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com impostos sobre receita financeira (PIS/CO-FINS) e juros de arrendamentos.

h) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novos pronunciamentos contábeis será aplicável a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações contábeis.

Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se:

- CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo:
 - Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtotal obrigatório de lucro operacional;
 - Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica;
 - Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e
 - Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

2025	2024
13	7.247
13	7.247

Bancos conta movimento

5. Aplicações financeiras

Modalidade
Compromissada **20 25**
Total **2.911**

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 93,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025.

A sensibilidade à Companhia a risco de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

2025	2024
3.050	3.050
3.050	3.050

Serviços de esgoto

7. Ativos financeiros contratuais

2025	2024
10.316	10.316
10.316	10.316

Saldo inicial

Reciclagem de construção ativo financeiro (nota explicativa nº 14)

Saldo final **10.316**

Este saldo refere-se à parcela das contas a receber reconhecida pelo regime de competência e adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos, que será faturado na cadência do acordo comercial estabelecido nos contratos de concessão.

8. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. No exercício de 2025, a Administração passou a ser compartilhada com outras empresas do Grupo, sem ônus financeiro.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") que detém 100,00% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 75,00% das ações que representam o capital social da Sanco.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

Passivo circulante	2025
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	108
Ambiental Paraná 1 Spe S.A.	1
	109

Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 12) (b)

Aegea Saneamento e Participações S.A.	3.195
Ambiental Paraná 1 SPE S.A.	24
Parisan S.A.	42
	3.261

Total Passivo	3.370
----------------------	--------------

Resultado do exercício

Custos e despesas
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a) **(197)**
Total Resultado do exercício **(197)**

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.

(b) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

9. Imobilizado

a) Composição dos saldos

	2025				
	Vida útil média (em anos)	Taxa anual	Custo	Depreciação	(-) Líquido
Ativo Imobilizado					
Bens em andamento			53		53
Instalações	de 12 a 24	4,3%	1.028	(17)	1.011
Equipamentos de informática	15	6,7%	133	(4)	129
Móveis e utensílios	15	6,7%	129	(3)	126
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	de 1 a 5	10,6%	9.683	(1.551)	8.132
Total			11.026	(1.575)	9.451

b) Movimentação do custo

	2024			2025		
	Custo	Adições	Custo	Custo	Adições	Custo
Ativo Imobilizado						
Bens em andamento			53			53
Instalações			1.028			1.028
Equipamentos de informática			133			133
Móveis e utensílios			129			129
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)			9.683			9.683
Total			11.026			11.026

c) Movimentação da depreciação

	2024			2025		
	Depreciação acumulada	Adições	Transferências	Depreciação acumulada	Adições	Transferências
Ativo Imobilizado						
Instalações		(17)				(17)
Equipamentos de informática		(4)				(4)
Móveis e utensílios		(3)				(3)
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)		(1.433)	(118)			(1.551)
		(1.457)	(118)			(1.575)

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.

10. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

	2025				
	Vida útil média (em anos)	Taxa anual	Custo	Amortização	(-) Líquido
Ativo Imobilizado					
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	24	4,2%	3.195	(89)	3.107
Edificações			1.833	(20)	1.813
Total			5.028	(109)	4.920

b) Movimentação do custo

	2024			2025		
	Custo	Adições	Custo	Custo	Adições	Custo
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão						
Edificações				3.195		3.195
				1.833		1.833
Total				5.028		5.028

c) Movimentação da amortização

	2024			2025		
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Ativo Imobilizado						
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão						
Edificações				(89)		(89)
				(20)		(20)
Total				(109)		(109)

11. Fornecedores e empreiteiros

Fornecedores de materiais e serviços
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)

Total	2025
	3.262
	109
	3.371
	3.365
	6

A exposição da companhia a riscos de liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

12. Outras contas a pagar

2025	2024
7.946	3.261
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	
Total	11.207
	5.778
	5.429

(i) A companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

Saldo inicial	2025
Adições	9.683
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 16)	427
(-) Pagamentos do principal	(1.737)
(-) Pagamentos de juros	(427)
Saldo final	7.946

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes.

Cronograma

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

2025	2026	2027	2028	2029 em diante
	2.015	2.066	1.348	5.429

13. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 21 de outubro de 2024, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 1, mediante emissão de 1.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de dezembro de 2024, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 7.246, mediante emissão de 7.245.876 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 06 de junho de 2025, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 10.068, mediante emissão de 10.068.093 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2025, houve aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 2.100 (os quais foram integralizados em 14 de janeiro de 2026), mediante emissão de 2.100.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 17.315 (R\$ 7.247 em 31 de dezembro de 2024), representado por 19.414.969 (7.246.876 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

Participação	100,00%
---------------------	----------------

b) Prejuízos Acumulados

É constituído pelos prejuízos acumulados do exercício corrente e será compensado pelos lucros futuros.

14. Receita operacional líquida

2025	2024
11.314	10.316
Receitas de construção ativo financeiro (nota explicativa nº 7)	1.833
Receitas de construção ativo intangível	21.630
Total receita bruta	(2.001)

(-) Tributos sobre serviços
Total da receita operacional líquida **21.462**

2025	2024
(4.227)	(1.160)
Conservação e manutenção	(1.663)
Serviços de terceiros	(1.928)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.568)
Amortização e depreciação	(9.822)
Custo de construção ativo financeiro	(479)
Energia elétrica	(392)
Produtos químicos	(1.749)
Outros	(22.988)
	(16.739)
Total	(6.249)

Custos dos serviços prestados
Despesas administrativas e gerais

16. Resultado financeiro

2025	2024
693	693

Receitas

Rendimentos de aplicações financeiras (i)
Receitas financeiras **693**
Despesas **(32)**
Impostos sobre Receita Financeira (PIS/COFINS)

Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 12)
Outras despesas financeiras **(4)**
Despesas financeiras **(463)**

Resultado financeiro **230**
(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 2.

17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes
A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, está apresentada como segue:

2025	2024
(1.296)	(1.296)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	441
Despesas indedutíveis	(88)
Imposto de renda e contribuição social:	353
Diferido	353
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	353

Alíquota efetiva **27%**
b) Composição e movimentação dos impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2024	
--	-------------	---------

AMBIENTAL
CE PARANÁ

→★ continuação

intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da

AMBIENTAL PARANÁ 2 SPE S.A.

CNPJ: 57.864.574/0001-25

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira

Contador CRC 1SP255172/O-5

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/04/2026 07:29:46

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: c0726ee4f8d0c32822fb3eec8cf104832de24695c170d08bb15d56ce8f27c278



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:29:58

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: caf1a74b001fc3ac2abdaba9dc424437



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442384268742 , -49.255804190655	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Holding Via Campo II S.A.

CNPJ/MF nº 63.457.166/0001-51 - NIRE nº 41300337071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 11 (onze) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da **Holding Via Campo II S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4ª andar, conjunto 401, edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Presença:** Presente a **Holding Via Campo II S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 62.469.958/0001-83 ("Acionista") representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticoulat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, mediante a celebração do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Holding Via Campo II S.A.", entre a Companhia e a **Vert Companhia Securitizadora** ("Securitizadora") ("Escritura de Emissão", "Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente), inserida no contexto de uma operação de securitização de recebíveis, realizada em observância ao disposto na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), e na Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da 35ª (Trigésima Quinta) emissão da Securitizadora ("Debêntures Securitizadas"), sendo que as Debêntures serão subscritas pela Securitizadora com os recursos provenientes da integralização das Debêntures Securitizadas, lastreadas no "Instrumento Particular de Escritura da 35ª (trigésima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Colocação Privada, Emitida pela Holding Via Campo II S.A.", ("Escritura de Emissão Securitizada"), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.676/0004-34 ("Agente Fiduciário"), as quais serão objeto de distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da 35ª (Trigésima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Vert Companhia Securitizadora Lastreada na 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Privada, Emitida pela Via Campo II S.A.", a ser celebrado entre a Securitizadora, a Emissora e o **Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), de modo que as Debêntures ficarão vinculadas às Debêntures Securitizadas ("Operação de Securitização"); (ii) autorização para a Companhia contratar o Banco Depositário, o Agente Fiduciário, a Securitizadora, o Escriturador, o Custodiante (conforme definidos abaixo) e os demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão, da Oferta e da Operação de Securitização, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos, caso necessário; (iii) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, avisos e outros documentos, incluindo eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição e quaisquer documentos necessários relacionados à Operação de Securitização; e (iv) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1. Aprovar** a realização da Emissão e da Oferta, no âmbito da Operação de Securitização, com as características abaixo descritas: (a) **Número da Emissão:** A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia. (b) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário"). (c) **Valor Total da Emissão:** O valor da Emissão será de R\$ 393.000.000,00 (trezentos e noventa e três milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) **Quantidade:** Serão emitidas 393.000 (trezentas e noventa e três mil) Debêntures. (e) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. (f) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Emissão") (g) **Custodiante:** Em atendimento ao artigo 34 da Resolução CVM 60, os documentos comprobatórios deverão ser mantidos sob a guarda e responsabilidade da **Vert Distribuidora de Título e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, CEP 05.407-003, inscrita no CNPJ sob o nº 48.967.968/0001-18, acima qualificada ("Custodiante"). (h) **Escriturador:** A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a **Vert Distribuidora de Título e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificada ("Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços de escriturador das Debêntures. (i) **Prazo e Data de Vencimento:** Resalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido abaixo), de aquisição facultativa da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o prazo de vencimento das Debêntures será de 1.096 (mil e noventa e seis) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se as Debêntures, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures"). (j) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de caucas ou certificados. (k) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput da Lei das Sociedades por Ações. (l) **Comprovação de Titularidade das Debêntures:** A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos titulares das Debêntures. ("Debenturistas") (m) **Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos captados por meio da Oferta será destinada para capital de giro e reforço do caixa da Emissora. (n) **Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas nas datas de subscrição e integralização das Debêntures Securitizadas (cada uma "Data de Integralização") à vista e em moeda corrente nacional, sendo (i) para as Debêntures integralizadas na Primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) para as Debêntures integralizadas em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. Para fins de Escritura de Emissão, considera-se "Primeira Data de Integralização" a data em que efetivamente ocorrer a primeira subscrição e integralização das Debêntures. (o) **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. (p) **Juros Remuneratórios das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobre taxa (spread) equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. (q) **Garantias Reais.** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos eventuais Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, inclusive honorários da Securitizadora e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pela Securitizadora, como representante dos Debenturistas, inclusive na constituição, formalização, excussão e/ou execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão e/ou das Garantias Reais ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures serão garantidas pelas seguintes garantias reais e fiduciárias: (f) alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da Emissora de titularidade da Acionista ("Ações da Emissora" e "Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"), e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas à Acionista, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, e (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, ou qualquer outra forma de alteração da sociedade envolvida a Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Acionista, a Securitizadora e a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora" e "Alienação Fiduciária de Ações da Emissora", respectivamente); e (ii) conta fiduciária de (a) direitos creditórios decorrentes da totalidade dos dividendos juros sobre o capital próprio, adiantamentos de lucros, distribuições de reservas, bonificações em dinheiro e quaisquer outros proventos, rendimentos e valores pagos e a serem pagos direta ou indiretamente, conforme o caso, ao Acionista pela Emissora ("Cessão Fiduciária de Proventos"); (b) (1) todos os direitos creditórios decorrentes do Boletim de Subscrição da Acionista (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) a ser subscrito e integralizado pelo Reune Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.417.406/0001-21 ("FIP Reune") (em conjunto, os "Boletins de Subscrição Onerados"); (c) (1) conta vinculada de titularidade da Acionista, de movimentação restrita pela Securitizadora, na qual os dividendos serão depositados ("Conta Vinculada Proventos") e (2) contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos oriundos dos Boletins de Subscrição Onerados, quais sejam: (1) conta vinculada de movimentação restrita de titularidade da Emissora a ser aberta junto ao Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), que deverá receber depósitos da Acionista ("Conta Vinculada Emissora"), (2) conta vinculada de movimentação restrita de titularidade da Acionista a ser aberta junto ao Banco Depositário, que deverá receber depósitos do FIP Reune ("Conta Vinculada Acionista", em conjunto com a Conta Vinculada Emissora, as "Contas Vinculadas - Aumento de Capital", em conjunto com a Conta Vinculada Proventos, as "Contas Vinculadas"); e (d) totalidade dos direitos oriundos das Contas Vinculadas, incluindo todos os recursos lá disponíveis, bem como aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, as "Garantias Reais"; e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e o Contrato de Cessão Fiduciária, doravante denominados, em conjunto, "Garantias Reais"). (r) **Encargos Moratórios:** Os Encargos Moratórios são Resalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido abaixo), de aquisição facultativa da totalidade das Debêntures, os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"). (s) **Amortização das Debêntures:** Resalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, de aquisição facultativa da totalidade das Debêntures, e/ou de liquidação antecipada em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Amortização das Debêntures"). (t) **Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser indicada na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures e, por consequência, das Debêntures Securitizadas, observada a Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures Aplicável, conforme definido abaixo ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem amortizadas acrescida dos respectivos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, sem a incidência de qualquer prêmio. (u) **Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures. (v) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, após 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser indicada na Escritura de Emissão, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures e, por consequência, também serão resgatadas pela Securitizadora as Debêntures Securitizadas, de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures e observada a Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures Securitizadas Aplicável, conforme definido abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures"), sem a incidência de qualquer prêmio. (w) **Resgate Antecipado Obrigatório Total:** Na hipótese de (i) distribuição de recursos pela Via Campo Concessionária de Rodovias S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.520.667/0001-35, a serem recebidos na Conta Vinculada Proventos (conforme definido na Escritura de Emissão) ("SPE" e "Recursos Distribuídos", respectivamente) cujo valor líquido seja igual ou superior ao Saldo Conjunto das Dívidas (conforme definido na Escritura de Emissão) na data da referida distribuição ("Data de Distribuição"), sendo os Recursos Distribuídos devidamente alocados conforme o Saldo Proporcional dos Dividendos (conforme definido na Escritura de Emissão); e/ou (ii) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos nos termos da Escritura de Emissão, exceda, a partir do 12º (doze) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de fevereiro de 2027, até a Data de Vencimento das Debêntures, o montante total dos Boletins de Subscrição Onerados ("Data da Verificação para Resgate Obrigatório"), a Emissora se obriga, a partir da Data de Distribuição ou da Data de Verificação para Resgate Obrigatório, a realizar o resgate antecipado obrigatório total das Debêntures e, por consequência, também serão resgatadas pela Securitizadora as Debêntures Securitizadas, observada a Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures Securitizadas (conforme definido na Escritura de Emissão), no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data da Verificação para Resgate Obrigatório ("Resgate Antecipado Obrigatório Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total, sem a incidência de qualquer prêmio. (x) **Amortização Extraordinária Obrigatória:** Na hipótese de distribuição de recursos pela SPE cujo valor líquido dos Recursos Distribuídos (conforme definido na Escritura de Emissão) na Conta Proventos (conforme definido na Escritura de Emissão) seja inferior ao Saldo Conjunto das Dívidas (conforme definido na Escritura de Emissão), ou seja, inferior ao montante necessário para a formalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ("Montante Distribuído") na data da referida distribuição, a Emissora deverá realizar a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), sendo o Montante Distribuído devidamente alocado conforme o Saldo Proporcional dos Dividendos (conforme definido na Escritura de Emissão), e, por consequência, também serão amortizadas pela Securitizadora as Debêntures Securitizadas, observada a Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures Securitizadas, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do recebimento dos recursos pela SPE, limitada a até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável. Por ocasião da Amortização Extraordinária Obrigatória, o valor devido pela Emissora será correspondente ao Saldo Proporcional de Dividendos (conforme definido na Escritura de Emissão). (y) **Oferta de Resgate Antecipado:** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, e, por consequência, também serão resgatadas pela Securitizadora as Debêntures Securitizadas com o consequente cancelamento das Debêntures e das Debêntures Securitizadas resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Emissora enviará a oferta de resgate antecipado e a Securitizadora encaminhará a proposta, na forma de oferta de resgate antecipado das Debêntures Securitizadas, (sendo vedada a oferta de resgate parcial das Debêntures) devendo ser endereçada a todos os Debenturistas Investidores, sem distinção, na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures Securitizadas, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas Investidores, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate antecipado, calculados *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização; e (ii) se for o caso, do prêmio de resgate indicado no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado. (z) **Ordem de Alocação dos Recursos das Debêntures Securitizadas:** Nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures Securitizadas, os recursos disponíveis devedos pela Securitizadora relacionados à Emissão, incluindo, sem limitação, (i) os recursos obtidos por meio da Emissão, (ii) os recursos decorrentes do pagamento das Debêntures, (iii) recursos decorrentes da excussão das Garantias, serão alocados nas ordens de alocação dos recursos previstas na Cláusula 4.21 da Escritura de Emissão de Debêntures Securitizadas ("Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures Securitizadas"). (aa) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impositividade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (ab) **Vencimento Antecipado:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, a Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização, e dos Encargos Moratórios, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Escritura de Emissão (cada hipótese, um "Evento de Inadimplemento"). (ac) **Direito ao Recebimento dos Pagamentos:** Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento. (ad) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados, pela Emissora, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, observados os procedimentos do Escriturador: (b.1) na sede da Emissora ou do Agente de Liquidação da Emissão; ou (b.2) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim. (ae) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com (i) com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a quaisquer outras obrigações previstas na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou que seja sábado ou domingo. Portanto, para os fins da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(is)" significa (a) qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3; ou (b) qualquer dia, exceto quando não houver expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou qualquer dia que não seja sábado ou domingo, com relação às demais obrigações previstas na Escritura de Emissão. (af) **Demais Características:** As demais características da Emissão e da Oferta constarão da Escritura de Emissão. 6.2. Autorizar a Companhia a contratar o Banco Depositário, o Agente Fiduciário, a Securitizadora, o Escriturador, o Custodiante e os demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão, da Oferta e da Operação de Securitização, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos, caso necessário; 6.3. Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, avisos e outros documentos, incluindo eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição e quaisquer documentos necessários relacionados à Operação de Securitização; e 6.4. Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticoulat; **Acionista Presente:** Holding Via Campo II S.A. Gilson de Oliveira Carvalho - Cargo: Diretor. Felipe Louzada Couto Ticoulat - Cargo: Diretor. Curitiba/PR, 11 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20260916285 em 12/02/2026. Sebastião Mota - Secretário-Geral.



Holding Via Campo II S.A.

CNPJ/MF nº 63.457.166/0001-51 - NIRE nº 41300337071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 11 (onze) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da **Holding Via Campo II S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Presença:** Presente a **HOLDING VIA CAMPO II S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 62.469.958/0001-83 ("Acionista") representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a constituição e outorga, pela Companhia, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios (conforme serão definidos na Escritura de Emissão Lastró), bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão Lastró e/ou nos Contratos de Garantia, inclusive honorários da Securitizadora e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pela Securitizadora, inclusive na constituição, formalização, execução e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão Lastró e/ou das Garantias Reais (conforme será definido na Escritura de Emissão Lastró) ("Obrigações Garantidas"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, pela Companhia, mediante a celebração do "Instrumento Particular do 1º (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Holding Via Campo II S.A.", entre a Companhia e a Securitizadora, conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão Lastró" e "Debêntures Lastró", respectivamente), inserida no contexto de uma operação de securitização de recebíveis, realizada em observância ao disposto na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), e na Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), por meio da emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da 35ª (trigésima quinta) emissão da Securitizadora ("Debêntures Securitizadas"). As Debêntures Lastró serão subscritas pela Securitizadora com os recursos provenientes da integralização das Debêntures Securitizadas, sendo lastreadas nas Debêntures Lastró, na forma a ser prevista no "Instrumento Particular de Escritura da 35ª (Trigésima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Vert Companhia Securitizadora, Lastreada na 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Privada, Emitida pela Holding Via Campo II S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser firmado entre a Securitizadora e a **Olveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário, de modo que as Debêntures Lastró ficarão vinculadas às Debêntures Securitizadas ("Operação de Securitização") e cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Emissora decorrentes: (a) de quaisquer direitos econômicos e proventos distribuídos pela **Via Campo Concessionária de Rodovias S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.520.667/0001-35 ("SPÉ"), em favor da Emissora, e que a Emissora tenha efetivamente recebido ou que possa vir a receber, incluindo, mas não se limitando a, todos e quaisquer lucros ou dividendos, juros sobre o capital próprio ou resgate de ações pagas e a serem pagas direta ou indiretamente, conforme o caso, à Emissora pela SPÉ ("Proventos"), os quais deverão ser depositados na conta vinculada de movimentação restrita pela Securitizadora e de titularidade da Emissora, a ser aberta e mantida junto à **QI Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("Banco Depositário") e movimentável exclusivamente por ele, nos termos do contrato de administração de contas a ser celebrado pela Emissora e pelo Banco Depositário ("Conta Vinculada - Proventos"); (b) direitos creditórios decorrentes do boletim de subscrição de nº 03/03, no valor de R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) a ser subscrito e integralizado pela Acionista, a ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora a ser realizada nesta data ou em data próxima a esta data, os quais deverão ser depositados na conta vinculada de movimentação restrita de titularidade da Emissora, a ser aberta e mantida junto ao Banco Depositário e movimentável exclusivamente por ele, nos termos do contrato de administração de contas ("Conta Vinculada - Aumento de Capital"), em conjunto com Conta Vinculada - Proventos, as "Contas Vinculadas"; e (c) das Contas Vinculadas, incluindo todos os recursos lá disponíveis, bem como aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista e a **Vert Companhia Securitizadora** ("Securitizadora", "Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); (ii) sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, do artigo 12, do estatuto social da Companhia, aprovação de outorga, pela Companhia, de procurações irrevogáveis e irretiráveis, em "causa própria", como condição da Operação de Securitização, mediante celebração da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, com prazo vinculado ao cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas ("Procurações") em favor da Securitizadora, com poderes para praticar isoladamente os atos nelas descritos em nome da Companhia; (iii) autorização para a Companhia contratar o Banco Depositário para abertura das Contas Vinculadas, nos termos dos respectivos contratos de administração de contas ("Contratos de Administração de Contas"); (iv) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas, incluindo eventuais aditamentos aos Contratos de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas, outorga de procurações até o cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, avisos e outros documentos; e (v) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1.** Autorizar a constituição e outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas. **6.2.** Aprovar a outorga de Procurações no âmbito da Operação de Securitização, com prazo vinculado ao cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas, em favor da Securitizadora, com poderes para praticar isoladamente os atos nela descritos em nome da Companhia. **6.3.** Autorizar a Companhia a contratar o Banco Depositário para abertura das Contas Vinculadas, nos termos dos Contratos de Administração de Contas; **6.4.** Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas, incluindo eventuais aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas, outorga de procurações até o cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, avisos e outros documentos; e **6.5.** Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat; Acionista Presente: **Holding Via Campo I S.A.** Gilson de Oliveira Carvalho - Cargo: Diretor. Felipe Louzada Couto Ticolat - Cargo: Diretor. Curitiba / PR, 11 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20260916960 em 12/02/2026. Sebastião Mota - Secretário-Geral.

Holding Via Campo I S.A.

CNPJ/MF nº 62.469.958/0001-83 - NIRE nº 41300336733

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 10 (dez) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede social da **Holding Via Campo I S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia"). **2. Presença:** Presente o **Reune Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 62.417.406/0001-21 (representado por Genial Gestão Ltda.) ("Acionista") representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões de reais), mediante a subscrição privada de 956.000.000 (novecentas e cinquenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por nova ação ordinária, fixado, sem diluição injustificada, com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.; (ii) em decorrência do aumento de capital, aprovar a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia; e (iv) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1.** Aprovar o aumento do capital da Companhia, que passa dos atuais R\$ 44.000.040,00 (quarenta e quatro milhões e quarenta reais) para R\$ 1.000.000.040,00 (um bilhão e quarenta reais), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões de reais) ("Aumento de Capital"), mediante a emissão de 956.000.000 (novecentas e cinquenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada nova ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme condições abaixo, e totalmente subscritas, neste ato, pela Acionista (representado por Genial Gestão Ltda.), nos termos dos boletins de subscrição nº 01/03, nº 02/03 e nº 03/03, constantes do Anexo I, Anexo II e Anexo III, respectivamente, à presente ata. **6.2.** Em decorrência do Aumento de Capital aprovado no item 6.1 acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigor com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000.040,00 (um bilhão e quarenta reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 1.000.000.040 (um bilhão e quarenta) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 6.2.1. A integralização no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões de reais), nos termos do boletim de subscrição nº 01/03, nº 02/03 e nº 03/03, constantes do Anexo I, Anexo II e Anexo III, respectivamente, à presente ata ("Valor a ser Integralizado Boletins de Subscrição") será realizada pelo Acionista, em moeda corrente nacional. **6.3.** Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima; e **6.4.** Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **Acionista Presente:** Reune Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (representado por Genial Gestão Ltda.). Rodrigo Nelson Brum Selles - Cargo: Diretor. Rodrigo de Godoy - Cargo: Procurador. Curitiba / PR, 10 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20260869449 em 11/02/2026. Sebastião Mota - Secretário-Geral.

Holding Via Campo II S.A.

CNPJ/MF nº 63.457.166/0001-51 - NIRE nº 41300337071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 6 (seis) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da **Holding Via Campo II S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia"). **2. Presença:** Presente a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por nova ação ordinária, fixado, sem diluição injustificada, com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.; (ii) em decorrência do aumento de capital, aprovar a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia; e (iv) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1.** Aprovar o aumento do capital da Companhia, que passa dos atuais R\$ 44.000.040,00 (quarenta e quatro milhões e quarenta reais) para R\$ 1.000.000.040,00 (um bilhão e quarenta reais), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões de reais) ("Aumento de Capital"), mediante a emissão de 956.000.000 (novecentas e cinquenta e seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada nova ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme condições abaixo, e totalmente subscritas, neste ato, pela única acionista da Companhia, **Holding Via Campo I S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.469.958/0001-83 ("Acionista"), nos termos dos boletins de subscrição nº 01/03, nº 02/03 e nº 03/03, constantes do Anexo I, Anexo II e Anexo III, respectivamente, à presente ata. **6.2.** Em decorrência do Aumento de Capital aprovado no item 6.1 acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigor com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000.040,00 (um bilhão e quarenta reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 1.000.000.040 (um bilhão e quarenta) ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. (...) 6.2.1. A integralização no valor de R\$ 956.000.000,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões de reais), nos termos dos boletins de subscrição nº 01/03, nº 02/03 e nº 03/03, constantes do Anexo I, Anexo II e Anexo III, respectivamente, à presente ata ("Valor a ser Integralizado Boletins de Subscrição") será realizada pela Acionista, em moeda corrente nacional. **6.3.** Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima; e **6.4.** Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral. Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **Acionista Presente:** Holding Via Campo I S.A. Gilson de Oliveira Carvalho - Cargo: Diretor. Felipe Louzada Couto Ticolat - Cargo: Diretor. Curitiba / PR, 6 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20260876682 em 11/02/2026. Sebastião Mota - Secretário-Geral.

Holding Via Campo II S.A.

CNPJ/MF nº 63.457.166/0001-51 - NIRE nº 41300337071

Ata de Rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 11 de fevereiro de 2026 realizada em 19 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 19 (dezenove) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da **Holding Via Campo II S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Presença:** Presente a Holding Via Campo I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 62.469.958/0001-83 ("Acionista") representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a rerratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2026, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 12 de fevereiro de 2026, sob o nº 20260916285 ("AGE de 11/02"), exclusivamente com relação à alteração da taxa de remuneração das Debêntures (conforme definido na AGE de 11/02) constantes do item 6.1, (p) das deliberações da AGE de 11/02; e (ii) a ratificação de todas as demais disposições e de todas as deliberações constantes da AGE de 11/02 que não foram expressamente alteradas nos termos do item (i) acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1.** Aprovar a ratificação da AGE de 11/02, exclusivamente com relação à alteração da taxa de remuneração das Debêntures constantes do item 6.1, (p) das deliberações da AGE de 11/02, o qual passará a constar conforme a alteração abaixo indicada: "(p) *Juros Remuneratórios das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidindo sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão." 6.2. Aprovar a ratificação de todas as demais disposições e de todas as deliberações constantes da AGE 11/02 que não foram expressamente alteradas nos termos do item (i) das deliberações acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral. Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **Acionista Presente:** Holding Via Campo I S.A. Gilson de Oliveira Carvalho - Cargo: Diretor. Curitiba / PR, 19 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20261041029 em 21/02/2026. Leandro Marcos Raysel Biscaya - Secretário-Geral.*

Holding Via Campo I S.A.

CNPJ/MF nº 62.469.958/0001-83 - NIRE nº 41300336733

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 11 (onze) dias de fevereiro de 2026, às 10h, na sede social da **Holding Via Campo I S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085 ("Companhia"). **2. Presença:** Presente o **Reune Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 62.417.406/0001-21 (representado por Genial Gestão Ltda.) ("Acionista") representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a constituição e outorga, pela Companhia, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios (conforme serão definidos na Escritura de Emissão Lastró), bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão Lastró e/ou nos Contratos de Garantia, inclusive honorários da Securitizadora e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pela Securitizadora, inclusive na constituição, formalização, execução e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão Lastró e/ou das Garantias Reais (conforme será definido na Escritura de Emissão Lastró) ("Obrigações Garantidas"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, pela Emissora, ("Debêntures Lastró") mediante a celebração do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Holding Via Campo II S.A.", entre a Securitizadora e a Emissora, conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão Lastró"), inserida no contexto de uma operação de securitização de recebíveis, realizada em observância ao disposto na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), e na Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), por meio da emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da 35ª (trigésima quinta) emissão da Securitizadora ("Debêntures Securitizadas"). As Debêntures Lastró serão subscritas pela Securitizadora com os recursos provenientes da integralização das Debêntures Securitizadas, sendo lastreadas nas Debêntures Lastró, na forma a ser prevista no "Instrumento Particular de Escritura da 35ª (Trigésima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Vert Companhia Securitizadora, Lastreada na 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Privada, Emitida pela Holding Via Campo II S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser firmado entre a Securitizadora e a **Olveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário, de modo que as Debêntures Lastró ficarão vinculadas às Debêntures Securitizadas ("Operação de Securitização") de: (a) alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes ou futuras, de emissão da **Holding Via Campo II S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 4º andar, conjunto 401, Edifício Business Tower, CEP 80250-085, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.457.166/0001-51 ("Emissora"), detidas pela Companhia ("Ações Alienas Fiduciariamente"), e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como (1) qualquer bens em que as ações oneradas sejam constituídas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (2) todas as ações que porventura sejam atribuídas à Companhia, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer outro acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, e (3) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, a **Vert Companhia Securitizadora** ("Securitizadora"), como partes, e a Emissora, como interveniente auente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e (b) cessão fiduciária, pela Companhia, de todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia decorrentes (i) do boletim de subscrição nº 03/03, no valor de R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) a ser subscrito e integralizado pela Acionista, a ser aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia a ser realizada nesta data ou em data próxima a esta data, os quais deverão ser depositados na conta vinculada de movimentação restrita pela Securitizadora e de titularidade da Companhia a ser aberta e mantida junto à **QI Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("Banco Depositário") e movimentável exclusivamente por ele, nos termos do contrato de administração de contas, a ser celebrado entre a Companhia e o Banco Depositário ("Conta Vinculada") e (ii) da Conta Vinculada, incluindo todos os recursos lá disponíveis, bem como aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Companhia, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia, a Emissora e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); e (c) cessão fiduciária e a Alienação Fiduciária de Ações, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, dos "Contratos de Garantia"); (ii) sem prejuízo do disposto no artigo 12º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, aprovação de outorga, pela Companhia, de procurações irrevogáveis e irretiráveis, em "causa própria", como condição da Operação de Securitização, mediante a celebração da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, com prazo vinculado ao cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas ("Procurações") em favor da Securitizadora, com poderes para praticar isoladamente os atos nela descritos em nome da Companhia; (iii) autorização para a Companhia contratar o Banco Depositário para abertura da Conta Vinculada, nos termos do contrato de administração de contas ("Contrato de Administração de Contas"); (iv) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia, incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Garantia, eventuais aditamentos aos Contratos de Garantia e ao Contrato de Administração de Contas, outorga de procurações até o cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, avisos e outros documentos; e (v) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: **6.1.** Autorizar a constituição e outorga, pela Companhia, das Garantias Reais, mediante a celebração dos Contratos de Garantia para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas. **6.2.** Aprovar a outorga de Procurações no âmbito da Operação de Securitização, com prazo vinculado ao cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas, em favor da Securitizadora, com poderes para praticar isoladamente os atos nela descritos em nome da Companhia. **6.3.** Autorizar a Companhia a contratar o Banco Depositário para abertura da Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Administração de Contas. **6.4.** Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima, incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Garantia e ao Contrato de Administração de Contas, outorga de procurações até o cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, avisos e outros documentos; e **6.5.** Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fabrício Rodrigues Amaral; Secretário: Felipe Louzada Couto Ticolat; **Acionista Presente:** Reune Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (representado por Genial Gestão Ltda.) Por: Rodrigo Nelson Brum Selles - Cargo: Diretor. Por: Rodrigo de Godoy - Cargo: Procurador. Curitiba / PR, 11 de fevereiro de 2026. **JUCEPAR** sob nº 20260930369 em 12/02/2026. Sebastião Mota - Secretário-Geral.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Hash validação: 9404056fbf014a52d7e6598c3dc67009e98b74911e211f47c362333f169d156c, em acordo com MP 2.200-2/01

Documento final gerado em 30/04/2026 07:39:06

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 9404056fbf014a52d7e6598c3dc67009e98b74911e211f47c362333f169d156c



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 07:39:16

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: f18d8c837f3dfe8b38ade14cb2c515da



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.44247456944 , -49.255822128388	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL - SAF

CNPJ. nº 45.240.156/0001-88

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)
Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Circulante, Não Circulante, Total do Passivo e Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)
Table with columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)
Table showing changes in equity components like Capital social, Reservas, and Lucros/Prejuízos.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)
Table showing income statement items like Receita Operacional Bruta, Custos Operacionais, and Resultado Operacional Líquido.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)
Table showing total comprehensive income components like Lucro/(prejuízo) do exercício and Total do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF, sociedade anônima do futebol de capital fechado, foi constituída em 03 de fevereiro de 2022, e se tornou operacional em 01 de julho de 2023...

3.1. Imobilizado
Reconhecimento e mensuração;
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção...



CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL - SAF

CNPJ. nº 45.240.156/0001-88

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

a. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis
O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento
Acreditamos exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisitos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)
Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024
Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletronicidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como segue:

Descrição	2025	2024
Caixa Físico	3.035	32.892
Caixa - Moeda Estrangeira	29.130	4.530
Banco Itaú Unibanco - C/C	187.888	2.192
Banco BTG C/C	960.049	18.963
Banco BTG Investimentos	-	63.389
Banco BTG Operações Compromissadas	4.245.852	3.449.042
Banco C6 C/C	79.726	-
Banco C6 Investimentos	317.861	-
Banco C6 Operações Compromissadas	9.149.048	-
Banco XP Investimentos	6.000.342	-
Demais Bancos	391.680	58.220
	21.364.611	3.623.921

5. CONTAS A RECEBER
Segue abaixo a composição do contas a receber:

Descrição	2025	2024
Direitos de transmissão	-	-
Patrocínios	19.394.330	19.182.000
Direitos sobre atletas (Brasil)	16.935.461	2.261.294
Direitos sobre atletas (exterior)	290.296	12.523.832
Cessão de Direitos - LCP	-	39.787.710
Cartões de crédito	11.562	11.439
Outros valores	228.716	1.840.638
Receitas a apropriar	13.561.096	-
(-) Receitas a apropriar de valores a receber	(12.082.950)	(18.697.688)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.000)	(12.000)
	38.326.511	57.151.024
Ativo circulante	37.049.521	51.881.116
Ativo não circulante	1.276.990	5.269.908

Em 2023, através da participação da Coritiba SAF na Liga Forte União Futebol do Brasil, houve importante negociação entre os clubes participantes e os investidores (LCP - Life Capital Partners), com a cessão de propriedades, resultando em importante impacto financeiro e contábil na ordem de R\$ 159,1 milhões, com valores recebidos em 2023 na ordem de R\$ 95,5 milhões, foram recebidos em 2024 (R\$ 23,8 milhões) e a última parcela em 2025 (R\$ 39,8 milhões).

6. ESTOQUES
Segue abaixo a composição de estoques:

Descrição	2025	2024
Material Esportivo	1.354.993	741.467
Mercadorias para Revenda	694.666	258.582
Material de Almojarifado	529.726	232.113
	2.579.385	1.232.163

A conta de material esportivo corresponde a materiais utilizados pelo Departamento de Futebol Profissional e de Categorias de Base. A conta de mercadorias para revenda corresponde a produtos que a Companhia vem comercializando referente Alimentos e Bebidas e brinquedos e artigos recreativos relacionados ao futebol. A conta de material de almojarifado considera materiais de expediente e de uso e consumo em geral.

7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
A SAF tem reduzido muito o adiantamento a funcionários, pois não corre risco dos funcionários não receberem seus valores devidos. Os saldos em aberto se tratam de férias, em trânsito na Folha de Pagamento.

8. OUTROS CRÉDITOS
A conta de outros créditos considera aquisição de título de capitalização junto a Icatu Capitalização referente garantia de locação do novo escritório situado na Avenida João Gualberto, nº 1.000, Alto da Glória, Curitiba - Paraná.

9. DESPESAS ANTECIPADAS
Segue abaixo a composição de despesas antecipadas:

Descrição	2025	2024
Cessão temporária de atletas profissionais	306.354	160.602
Seguros a apropriar	7.230	64.471
	313.584	225.073

No ano de 2024 a Companhia realizou contratação de atletas profissionais junto a outros clubes de futebol profissional através da modalidade de cessão temporária. Essas despesas antecipadas consideram todos os valores relacionados à essas contratações, valores devidos a outros clubes de futebol, intermediação, luvas, etc. Os valores são reconhecidos no resultado considerando a vigência de cada contrato celebrado.

Os valores de Seguros são reconhecidos no resultado considerando a vigência de cada contrato celebrado.

10. IMOBILIZADO
a) Composição do Imobilizado em 2025 e 2024:

	2025		2024	
	Custos	Depreciações Acumuladas	Saldo	Saldo
Máquinas e Equipamentos	2.420.439	(147.546)	2.272.893	245.118
Instalações	555.894	(44.345)	511.549	210.541
Móveis e Utensílios	1.624.367	(180.893)	1.443.474	310.524
Computadores e Periféricos	471.557	(96.539)	375.018	56.349
Beneficiárias	10.619.053	(278.888)	10.340.165	1.831.824
Projetos em Andamento	2.000.792	-	2.000.792	1.349.209
	17.692.104	(748.212)	16.943.892	4.003.637

b) Movimentação do Imobilizado:

	2024	Aquisições	Depreciações	2025
Máquinas e Equipamentos	245.188	2.163.092	(135.387)	2.272.893
Instalações	210.541	331.732	(30.724)	511.549
Móveis e Utensílios	310.524	1.291.331	(158.381)	1.443.474
Computadores e Periféricos	26.653	402.076	(83.407)	375.018
Beneficiárias	1.831.824	8.779.985	(271.643)	10.340.165
Projetos em Andamento	1.349.209	651.582	-	2.000.792
	4.003.637	13.619.798	(679.543)	16.943.892

11. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível em 2025 e 2024:

	2025		2024	
	Custos	Amortizações Acumuladas	Provisão para Perdas	Saldo
Atletas Formados e Profissionalizados	3.269.358	(3.269.358)	-	266.121
Direitos Federativos e Econômicos de Atletas	24.383.972	(14.581.333)	-	9.802.639
Contratação de Atletas Profissionais	16.842.653	(11.232.313)	-	5.610.341
Direito de Uso de Software	<u>2.682.386</u>	<u>(1.721.640)</u>	-	<u>960.747</u>
	47.178.369	(30.804.644)	-	16.373.727

b) Custos com Formação de Atletas
Os custos com formação de atletas representam os gastos incorridos com a manutenção das categorias de base do Coritiba e é composto por custos de origem direta e indireta, rateados conforme estudos técnicos aprovados pela Administração. A partir do exercício de 2024, todos os custos de formação de atletas estão sendo considerados no resultado.

c) Atletas Formados e Profissionalizados pelo Coritiba
Os custos dos Atletas Formados e Profissionalizados pelo Coritiba advêm dos Custos com Formação de Atletas.

Movimentação ocorrida em 2025:

	2025
Saldo em 2024	236.121
Amortizações e Baixas Ocorridas em 2025	(236.121)
Transferência de Custos com Formação de Atletas	-
	Saldo em 2025

d) Direitos Federativos e Econômicos de Atletas
Os direitos federativos e econômicos de atletas representam os gastos realizados na contratação de atletas profissionais junto a outras entidades de prática desportiva, representado principalmente por aquisição de direitos econômicos. As amortizações são proporcionais aos prazos dos contratos celebrados com os atletas.

O saldo dos direitos federativos e econômicos dos atletas profissionais, em conformidade com os prazos estabelecidos nos contratos celebrados com os atletas, será amortizado nos seguintes anos:

	Saldo
Em 2026	5.983.230
Em 2027	3.370.573
Em 2028	598.837
	9.952.640

A Administração do Coritiba, em conjunto com o Departamento de Futebol, avaliou a recuperabilidade econômico-financeira do saldo dos direitos federativos e econômicos dos atletas profissionais, de acordo com o que determina a Resolução nº 1.429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade e o CPC 01 e considera que os valores contábeis apresentados refletem o valor de recuperação dos correspondentes ativos.

Movimentação ocorrida em 2025:

	Saldo
Em 2024	14.371.927
Movimentação ocorrida em 2025	5.549.999
Amortizações em 2025	(10.119.287)
	Saldo em 2025

e) Gastos na Contratação de Atletas Profissionais
O Coritiba considera como Ativo Intangível os gastos na contratação de atletas profissionais.

São considerados os gastos realizados na contratação ou renovação de contratos de atletas profissionais, representados por pagamentos de luvas, premiações, intermediações, comissões, entre outros. As amortizações são proporcionais aos prazos dos contratos celebrados com os atletas.

Os saldos dos Gastos na Contratação de Atletas Profissionais, em conformidade com os prazos estabelecidos nos contratos celebrados com os atletas, serão amortizados nos seguintes anos:

	Saldo
Em 2026	4.109.012
Em 2027	2.384.969
Em 2028	492.884
	6.986.865

Movimentação ocorrida em 2025:

	Saldo em 2024
Gastos com contratação de atletas em 2025	7.812.736
Amortizações em 2025	8.513.934
	(10.716.329)
	5.610.341

f) Participação nos Direitos Econômicos dos Atletas de Futebol
Em cumprimento a ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva do Conselho Regional de Contabilidade, informamos abaixo a participação do Coritiba nos direitos econômicos de atletas ativos em 31 de dezembro de 2025, por categoria:

	Profissional	Formação	31/12/2025
Percentual de Direito Econômico			
1% a 50%	3	-	3
51% a 70%	17	10	27
71% a 100%	46	83	129
	70	93	159

O Coritiba permanece com participação nos direitos econômicos de 23 atletas profissionais que foram negociados e saíram do clube até 31 de dezembro de 2025, com participação entre 10% e 50% em transações futuras.

g) Outros Intangíveis
Movimentação ocorrida no exercício de 2025:

	2024	Adições	Baixas	Amortizações	2025
Direito de Uso de Software	149.227	1.872.243	-	(543.034)	1.478.436
Direito de Uso de Software	<u>1.478.436</u>	<u>660.916</u>	-	<u>(1.178.606)</u>	<u>960.746</u>
	1.478.436	660.916	-	(1.178.606)	960.746

12. FORNECEDORES

	2025	2024
Passivo circulante	19.136.179	14.671.408
Passivo não circulante	11.273.586	10.974.534
	7.862.593	3.696.873

Representado por valores devidos a prestadores de serviços na área de futebol, o qual abrange direito de imagem devidos a atletas e técnicos, valores devidos a pessoas jurídicas da área de direito tais como da comissão técnica e médica, bem como de valores devidos de comissão e intermediação sobre negociações de atletas, contratação e renovação de contratos junto a atletas profissionais.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2025	2024
Remunerações	1.988.832	3.180.332
Encargos Sociais	2.457.762	545.797
IRRF sobre Remunerações	3.539.198	1.386.092
Direito de Uso de Imagem	-	1.714.827
Provisão de Férias e Encargos	2.229.121	1.665.827
	10.214.913	8.492.875
Passivo circulante	10.214.913	7.953.259
Passivo não circulante	-	539.617

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
Tributos Retidos de Terceiros	133.021	254.628
Débitos Tributários Federais - TEF	1.976.219	8.960.896
Parcelamento Tributários	24.165.114	5.743.648
Demais Tributos a Recolher	511.524	271.600
	26.785.878	15.230.772
Passivo circulante	8.942.540	9.813.766
Passivo não circulante	17.843.337	5.417.006

Na conta de débitos tributários federais está considerado o TEF que é a tributação específica do futebol, incidente sobre receitas efetivamente recebidas e alíquota de 5%. Neste valor do TEF está considerando provisão sobre valores a receber da LCP Gestora de Recursos Ltda que já foram reconhecidos como receita operacional no período. Em 2025, houve parcelamentos dos tributos IRRF, INSS, e TEF.

15. ENTIDADES DESPORTIVAS
Valores devidos a entidades desportivas, decorrentes principalmente da aquisição de direitos federativos e econômicos sobre atletas profissionais de futebol. Esta conta considera também valores negociados diretamente com demais detentores dos direitos econômicos tais como empresários e os próprios atletas. Os valores devidos em moedas estrangeiras são atualizados mensalmente pelas taxas correspondentes.

Aquisição ou partilha de direitos econômicos

	2025	2024
Cessão temporária de atletas e outras transações	3.993.802	12.456.739
	1.863.922	620.158
	5.857.724	13.076.895
Passivo circulante	5.300.946	9.947.192
Passivo não circulante	556.778	3.129.703


16. PARTES RELACIONADAS
O Coritiba SAF não tem nenhuma dívida com partes relacionadas em 2025.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES
Este grupo é composto, principalmente, por acordos judiciais e extrajudiciais realizados, decorrentes de dívidas e ações trabalhistas e de dívidas e ações cíveis, e está classificado tanto no passivo circulante como no passivo não circulante, conforme o número de parcelas acordadas com os credores.

Segue abaixo a composição do grupo:

	2025	2024
Acordos Decorrentes de Processos/ Dívidas Trabalhistas, Cíveis e Desportivas	801.2	


continuação



CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL - SAF

CNPJ. nº 45.240.156/0001-88

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 2023



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol**
Coritiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Coritiba Sociedade Anônima do Futebol - SAF** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Coritiba, 27 de abril de 2026.

BDO RCS - Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque - Contadora
CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR



Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.brpl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

CORITIBA FOOT BALL CLUB - (Em Recuperação Judicial)

CNPJ. nº 75.644.146/0001-79

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)			
	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	538.509	204.573
Tributos a recuperar		843	-
Despesas antecipadas	5	-	384
		539.352	204.957
Não circulante			
Partes relacionadas	6	-	282.108
Depósitos Judiciais		178.768	178.772
Investimentos	7	-	-
Imobilizado	8	149.897.597	153.724.768
Intangível	9	2.218	3.474
		150.078.583	154.189.122
Total do ativo		150.617.935	154.394.079

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)		
	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	20.227.164	7.043.082
Ajustes para conciliar o superávit líquido ao caixa		
Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível	3.828.427	3.973.911
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	10.764.669
Provisão para Contingências Judiciais	-	(2.885.713)
AVP - Ajustes a Valor Presente - Recuperação Judicial	-	(3.164.857)
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	-	45.451
Resultado ajustado	24.055.591	15.776.543
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução de impostos a recuperar	(843)	-
(Aumento) Redução de Adiantamentos a Fornecedores	-	5.689
Redução de Outros Créditos Circulantes	-	322
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	384	-
Depósitos Judiciais Realizados/Baixados	4	(78.720)
Aumento (Redução) de Obrigações com Fornecedores	(3.378.929)	(4.713.586)
Aumento de Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias	(10.852.819)	(9.473.728)
Aumento (Redução) do Contas a Pagar - Recuperação Judicial	(6.368.302)	2.259.126
Aumento de Outras Obrigações	(3.403.258)	(10.724)
Receitas a Apropriar de Valores Recebidos	-	-
	(24.003.763)	(12.011.621)
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	51.828	3.764.922
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Transações com Partes Relacionadas	282.108	(143.337)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-	(3.417.485)
Disponibilidades (aplicadas nas)/gerado pelas atividades de financiamentos	282.108	(3.560.822)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	333.936	204.100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204.573	473
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	538.509	204.573
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	333.936	204.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	1.913.557	827.668
Custos operacionais		-	-
Resultado operacional bruto		1.913.557	827.668
Despesas operacionais			
Administrativas, Marketing e Comerciais	20	(4.628.107)	(5.172.385)
Provisão para Contingências Judiciais	17	(2.015.625)	(1.887.296)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	-	(10.764.669)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	21	51.634.016	35.297.864
		44.990.284	17.473.514
Superávit antes do resultado financeiro líquido		46.903.841	18.301.182
Resultado financeiro líquido	22	(26.676.677)	(11.258.100)
Superávit antes da tributação sobre lucro		20.227.164	7.043.082
Provisão de Imposto de Renda e contribuição social		-	-
Superávit líquido do exercício		20.227.164	7.043.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)			
	Nota	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Superávit do Exercício		7.043.082	7.043.082
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial		862.210	(862.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(134.278.289)	92.616.984
Superávit do Exercício		20.227.164	20.227.164
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial		862.210	(862.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		(113.188.915)	91.754.774

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)			
	Nota	2025	2024
Superávit líquido do exercício		20.227.164	7.043.082
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial		862.210	(862.210)
Total do resultado abrangente		20.227.164	7.905.292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Coritiba Foot Ball Club, fundado em 12 de outubro de 1909, é uma associação civil destinada à prática desportiva, sem fins lucrativos, visando ao desenvolvimento e à promoção de atividades físicas, cívicas, sociais, filantrópicas e culturais, tendo o futebol como base.

O Coritiba Foot Ball Club tem por objetivo, em proveito de seus associados:

- Promover a prática desportiva em todas as suas modalidades, em particular o futebol, estimulando o desenvolvimento pessoal, a formação para a cidadania, o lazer, a integração dos participantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde, da educação e a preservação do meio ambiente;
- Cultivar e desenvolver atividades sociais, cívicas, filantrópicas e culturais relacionadas com suas práticas desportivas;
- Filiar-se às entidades de administração do desporto dentro das modalidades desportivas que praticar, bem como participar de disputas por elas organizadas, nas modalidades de seu interesse e de disputas internacionais, oficiais ou amistas;
- Administrar, licenciar e explorar os direitos da propriedade industrial e intelectual do Coritiba Foot Ball Club;
- Organizar cursos de formação educacional para atletas de qualquer modalidade, mediante convênio com entidade pública ou particular, podendo, ainda, firmar convênios visando à constituição de centro de formação de atletas com a utilização de recursos de renúncia ou incentivo fiscal e de qualquer natureza;
- Negociar, contratar, dispensar, receber ou ceder, onerosa ou gratuitamente, atletas de qualquer modalidade esportiva, inclusive os de nacionalidade estrangeira;
- Constituir ou participar de associação, fundação ou sociedade empresária, bem como exercer outras atividades cuja renda reverta em benefício da consecução de seus objetivos;
- Desenvolver atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares;
- Desenvolver atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte;
- Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas;
- Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais; e
- Alojamento de atletas em formação.

Conforme descrito na nota explicativa 17, o Coritiba Foot Ball Club ingressou com pedido de Recuperação Judicial na data de 14 de março de 2022 junto a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/Paraná, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 e na recente Lei nº 14.193/2021. Em 21 de março de 2022, o pedido foi deferido e em 30 de setembro de 2022 o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Possui como subsidiária a Companhia Coritiba Futebol S/A, que tinha por objeto social gerenciamento de atividades futebolísticas profissionais do Coritiba Foot Ball Club, a captação, gerenciamento e emprego de recursos para a manutenção, reforma, e/ou ampliação do Estádio Major Antônio Couto Pereira e dos Centros de Treinamento do Coritiba, a prestação de serviços a entidades desportivas, operação de compra e venda de imóveis, a participação societária em outras empresas e a operação de estacionamento de veículos. Em 28 de junho de 2023 o Coritiba Foot Ball Club realizou a incorporação desta Companhia conforme deliberado na reunião do Conselho Administrativo nesta data.

A Coritiba Futebol S/A, por sua vez, era Controladora da empresa Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda, cuja atividade principal é o comércio de roupas e artigos esportivos, bem como de produtos licenciados do Coritiba Foot Ball Club, comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos e comércio varejista de calçados. Por decisão da diretoria e visando melhores oportunidades de negócios para o futuro, a Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda encerrou suas operações mercantis ao final do ano de 2021, passando sua operação para Voleio Indústria de Confeções Ltda (Bomache). Em decorrência da incorporação da Coritiba Futebol S/A em 28 de junho de 2023, o Coritiba Foot Ball Club passou a ser o Controlador direto da Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda.

Em 03 de fevereiro de 2022 o Coritiba Foot Ball Club constituiu a Coritiba Sociedade Anônima do Futebol (SAF) nos termos da Lei 14.193/2021, com o objeto social a prática de futebol masculino e feminino, em competição profissional e não profissional, e ainda com as seguintes atividades:

- Promover a prática desportiva em todas as suas modalidades, em particular o futebol, estimulando o desenvolvimento pessoal, a formação para a cidadania, o lazer, a integração dos participantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde, da educação e a preservação do meio ambiente;
- Filiar-se às entidades de administração do desporto dentro das modalidades desportivas que praticar, bem como participar de disputas por ela organizadas, nas modalidades de seu interesse e também de disputas internacionais, oficiais ou amistas;
- Formar atletas profissionais de futebol, nas modalidades masculina e feminina e obter receitas decorrentes da negociação de seus direitos econômicos;
- Administrar, licenciar e explorar os direitos da propriedade industrial e intelectual do Coritiba Foot Ball Club;
- Organizar cursos de formação educacional para atletas de qualquer modalidade, mediante convênio com entidade pública ou particular, podendo, ainda, firmar convênios visando à constituição do centro de formação de atletas com a utilização de recursos de renúncia ou incentivo fiscal e de qualquer natureza; e
- A participação em outras sociedades, como Sócio ou Acionista, cujo objeto seja uma ou mais atividades constantes acima;
- Comércio de materiais esportivos relacionados ao futebol
- Comércio de brinquedos e artigos recreativos relacionados ao futebol.

Em 30 de junho de 2023 o Coritiba Foot Ball Club transferiu suas atividades operacionais para Coritiba Sociedade Anônima do Futebol. A partir desta data, toda a operação das atividades desportivas e todos os direitos e deveres do Coritiba passaram a ser de responsabilidade da Coritiba Sociedade Anônima do Futebol.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Clube foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, o estatuto do Clube, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e suas alterações posteriores, e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros, conforme ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.409, de 27 de setembro de 2012, e às entidades desportivas, conforme ITG 2003 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Bem como, pela OTG 2003 - Orientações sobre a aplicação da ITG 2003 - Entidade Desportiva.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2026.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Coritiba Foot Ball Club é o Real (R\$). Todas as informações contábeis são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais (R\$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.3. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis de 2024 e 2025 abrangem as demonstrações contábeis do Coritiba Foot Ball Club e a Sociedade Controlada, diretamente, Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda, e foram elaboradas na mesma data-base e estão em conformidade com as normas de consolidação de balanços estabelecidas pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 36 (R3). Não considerou a Coritiba Sociedade Anônima do Futebol nas demonstrações contábeis Consolidadas tendo em vista que a participação societária é de 10%, não sendo considerado relevante para efeito de consolidação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

3.2. Ativos financeiros

(a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Clube pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, o Clube estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor líquido (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

O Clube avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelo Clube para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) o Clube transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Clube transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) o Clube não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando o Clube tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Clube com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que o Clube incorre em conexão com a captação de recursos.

(d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Despesas antecipadas

Neste grupo estão registrados os valores decorrentes de seguros contratados para os veículos do Clube.

3.5. Depósitos judiciais

Neste grupo estão registrados os montantes oriundos de depósitos judiciais e valores bloqueados judicialmente através de instituições financeiras, relacionados principalmente a processos trabalhistas e cíveis.

3.6. Outros créditos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos valores de realização previstos para o exercício subsequente, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

3.7. Investimentos

Os investimentos efetuados pelo Clube são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e constituída provisão para perdas quando o prejuízo das empresas subsidiárias supera o valor do investimento.

Em junho de 2023 a Companhia Coritiba Futebol S/A foi incorporada e o Clube passou a ser o único sócio da empresa Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda. Com alteração societária também ocorrida na Coritiba Sociedade Anônima do Futebol em outubro de 2023, o Clube passou a deter 10% de participação. Em 2025 o Clube baixou a participação na Coritiba Store.

3.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui

os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Clube.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Clube obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem o Direito de Uso de Softwares, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa de vida útil econômica dos respectivos componentes.

Amortização

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas, que não ultrapassam cinco anos.

3.10. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do item ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.11. Não circulantes

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes

3.12. Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

3.13. "PROFUT"

Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos de FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, controlados e consolidados pela Caixa Econômica Federal, parcelados nos termos da Lei nº 13.155/2015 - Profut.

3.14. "PERSE"

</

CORITIBA FOOT BALL CLUB - (Em Recuperação Judicial)

CNPJ. nº 75.644.146/0001-79

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

3.21. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:
a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletrificação dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as Empresas contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns 2025 and 2024. Rows include Banco Itaú - C/C, Sicredi, Banco Santander - Aplicação.

Os saldos no final de 2025 e 2024 são decorrentes de operações próprias do Coritiba Foot Ball Club e sua Sociedade Controlada.

5. DESPESAS ANTECIPADAS

Segue abaixo a composição de despesas antecipadas:

Table with columns 2025 and 2024. Rows include Seguros a apropriar.

A conta de Seguros a apropriar é referente seguro contratado para veículos de propriedade do Coritiba Foot Ball Club.

6. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024, o Coritiba Foot Ball Club, possuía créditos de R\$ 282.108, junto a Controlada Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda.

7. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 refere-se à participação societária de 10% na Companhia Coritiba Sociedade Anônima do Futebol e em 2024 único sócio na Sociedade Controlada Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda.

O Patrimônio Líquido da Coritiba SAF em 31/12/2025 é negativo (déficit de R\$ 84.162.022). O valor equivalente seria 10% x R\$ (84.162.022) = R\$ (8.416.202). Conforme NBC TG 18(R3) item 29, o Clube descontinuou o reconhecimento de perdas adicionais, pois não existe obrigação legal ou implícita de cobrir as perdas da investida, pelas seguintes fundações: (i) Lei nº 14.193/2021 - separação patrimonial plena entre o Clube e a SAF, entidades juridicamente distintas; (ii) ausência de cláusula contratual de cobertura; (iii) responsabilidade limitada ao capital subscrito - Lei nº 6.404/1976, art. 1º.

Apresentamos a seguir a composição acionária da Companhia investida Coritiba Sociedade Anônima do Futebol:

Table with columns Açãoistas - 2023, Quantidade de ações, Valor em R\$, %. Rows include Coritiba Foot Ball Club, Coxa Participações S/A.

Em 30 de junho de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, o Coritiba Foot Ball Club realizou aumento de capital social com emissão de 9.000 (nove mil) ações ordinárias de classe A, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R\$ 5.984.201 (cinco milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e um reais) e integralizadas por meio da contribuição e conferência do acervo líquido composto pelos ativos, direitos e obrigações, identificados através de laudo de avaliação, relacionados à atividade e ao departamento de futebol, nos termos da Lei da SAF.

Em 18 de outubro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, houve ingresso da nova acionista Coxa Participações S/A, inscrita no CNPJ nº 42.169.691/0001-00, com Sede na cidade de São Paulo - SP, com aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 515.000.000 (quinhentos e quinze milhões de reais) mediante a emissão de 90.000 (noventa mil) novas ações ordinárias de classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Com a incorporação da Coritiba Futebol S/A, o Coritiba Foot Ball Club passou a ser o único sócio da Coritiba Store Comércio de Roupas e Artigos Esportivos Ltda cujo valor do investimento é de R\$ 200.000 e apresentou em 31 de dezembro de 2024 saldo de provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 411.748 que foi baixado em 31 de dezembro de 2025.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado em 2025 e 2024:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Móveis e Utensílios, Veículos, Computadores e Periféricos, Benefetórias, Projetos em Andamento.

Ajuste de avaliação patrimonial

Table with columns 2025, 2024. Rows include Terrenos - Mais Valia, Edificações - Mais Valia.

Bens incorporados

Table with columns 2025, 2024. Rows include Terrenos, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Veículos, Computadores e Periféricos.

Totais do Imobilizado

Table with columns 2025, 2024. Rows include Totais do Imobilizado.

b) Movimentação do imobilizado

Table with columns 2024, Aquisições, Depreciações, 2025. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Móveis e Utensílios, Computadores e Periféricos, Benefetórias, Projetos em Andamento.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Table with columns 2024, Aquisições, Depreciações, 2025. Rows include Terrenos - Maior Valia, Edificações - Maior Valia.

Bens incorporados

Table with columns 2024, Aquisições, Depreciações, 2025. Rows include Terrenos.

No ano de 2023 o Coritiba Foot Ball Club realizou importantes aquisições e projetos tanto no Estádio Major Antônio Couto Pereira quanto no Centro de Treinamento da Graciosa em Colombo, como também em projeto vinculado a construção do novo CT na área rural de Campina Grande do Sul.

Na conta de Projetos em Andamento são valores aplicados em dois projetos importantes para o Clube, sendo: 1) projeto de construção de novo Centro de Treinamento na área rural de Campina Grande do Sul e 2) projeto de revitalização do Estádio Major Antônio Couto Pereira.

No ano de 2023 teve conclusão de dois grandes projetos iniciados em anos anteriores: 1) construção de campo de grama sintética no Centro de Treinamento da Graciosa em Colombo e 2) projeto de sistema de iluminação do Estádio Major Antônio Couto Pereira. A construção de campo de grama sintética foi concluída em abril/2023 e considerou imobilização no valor de R\$ 2.730.782, contabilizado na conta de Benefetórias. O projeto de sistema de iluminação do Estádio foi concluído em abril/2023 e considerou imobilização no valor de R\$ 4.320.275, contabilizado na conta de Instalações.

No ano de 2024 todas as aquisições, obras e investimentos foram realizados pela Coritiba Sociedade Anônima do Futebol.

8.1. Incorporação da Coritiba Futebol S/A

Em 28 de junho de 2023 o Coritiba Foot Ball Club realizou a incorporação de sua Controlada direta a Coritiba Futebol S/A. Com esta incorporação vieram ativos importantes para o Clube, como a área rural de Campina Grande do Sul com área total de 448.125 metros quadrados, onde futuramente será construído o novo Centro de Treinamentos. Vieram também outros bens como máquinas e equipamentos, computadores, veículos.

8.2. Adoção do Custo Atribuído (Deemed Cost)

Com o advento da Resolução nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2003, o Coritiba Foot Ball Club optou pela atribuição de custo aos bens do ativo imobilizado contabilizando os efeitos no ano de 2012 de acordo com a citada Resolução.

Foi contratada empresa especializada com o objetivo de realizar a avaliação patrimonial dos terrenos e edificações do Estádio Major Antônio Couto Pereira bem como do Centro de Treinamento situado no município de Colombo - Paraná. Após a realização da avaliação patrimonial a empresa especializada emitiu o Laudo de Avaliação em 30 de setembro de 2011. Em 19 de novembro de 2014, emitiu edito referendando e atestando que as avaliações e os valores apurados naquele laudo permaneceram igualmente válidos e inalterados até o mês de janeiro de 2012.

Conforme os valores apresentados no Laudo de Avaliação o Coritiba Foot Ball Club registrou os ajustes contábeis das mais valias apresentadas havendo como contrapartida contábil a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no grupo do patrimônio líquido. O referido Laudo também apresentou a vida útil remanescente dos bens avaliados, as quais foram utilizadas para estabelecer novas taxas de depreciação aplicadas a partir de 2012.

Em 2015, em decorrência da Lei nº 12.973/2014 e da Instrução Normativa nº 1.575/2015, o Coritiba Foot Ball Club procedeu a abertura das contas de terrenos e edificações que tiveram seus ativos avaliados pelo custo atribuído (Deemed Cost).

8.3. Avaliação de Bens Imóveis

O Coritiba Foot Ball Club obteve em maio de 2022 laudo de avaliação do terreno e edificações do Estádio Major Antônio Couto Pereira e, no início do ano de 2021, obtiveram laudos de avaliação do terreno e edificações do Centro de Treinamento da Graciosa Bayard Osna em Colombo, e área em Campina Grande do Sul, para atender a Norma Brasileira de Contabilidade - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - NBC TG 01 (R3), conforme exigência da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 27 (R3), no que diz respeito a teste de recuperabilidade.

9. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível em 2025 e 2024:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Direito de Uso de Software.

b) Movimentação do Intangível

Movimentação ocorrida no exercício de 2025:

Table with columns 2024, Adições, Baixas, Amortizações, 2025. Rows include Direito de Uso de Software.

O Coritiba Foot Ball Club adquiriu em 2023 licenças de uso de softwares para utilização dos departamentos de futebol e administrativos. No ano de 2024 as novas aquisições foram realizadas pela Sociedade Anônima do Futebol.

10. FORNECEDORES

Escritórios de Advogados, Prestadores de Serviços em geral.

Table with columns 2025, 2024. Rows include Escritórios de Advogados, Prestadores de Serviços em geral.

Passivo circulante

Passivo não circulante

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Remunerações, Encargos sociais, IRRF sobre Remunerações, Provisão para férias e encargos, Outros.

Table with columns 2025, 2024. Rows include Remunerações, Encargos sociais, IRRF sobre Remunerações, Provisão para férias e encargos, Outros.

O Clube não possui contratos de trabalho CLT vigentes no encerramento de 2025. No saldo de encargos sociais está registrado o montante referente a FGTS em atraso de ex-colaboradores com ações trabalhistas em andamento, reduzido em razão de acordos parciais realizados no exercício.

Os demais encargos sociais são obrigações previdenciárias de competências anteriores em processo de regularização.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Parcelamento FGTS - PROPOSTA 2020000563, Parcelamento Simplificado RFB - Debitos, Parcelamento Simplificado RFB - Debitos, Parcelamento FGTS - PROPOSTA 2022006999, Parcelamento PGMN - Múltiplas CLT-14/10/2022.

Table with columns 2025, 2024. Rows include Parcelamento FGTS - PROPOSTA 2020000563, Parcelamento Simplificado RFB - Debitos, Parcelamento FGTS - PROPOSTA 2022006999, Parcelamento PGMN - Múltiplas CLT-14/10/2022.

Circulante

Não circulante

13. PARCELAMENTO PROFUT - LEI Nº 13.155/2015

O PROFUT é um parcelamento de acordo com a Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, que regulamentou o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro.

Em outubro de 2015, o Coritiba Foot Ball Club aderiu ao PROFUT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em relação aos débitos tributários e previdenciários.

Em novembro de 2015, o Coritiba Foot Ball Club aderiu ao PROFUT junto à Caixa Econômica Federal em relação aos débitos de FGTS. Adicionalmente, informamos que os parcelamentos do Banco Central e da Caixa Econômica Federal foram devidamente consolidados em dezembro de 2015.

Em setembro de 2020 houve a consolidação dos débitos previdenciários na modalidade de PROFUT junto a Receita Federal do Brasil e PGMN, com redução do saldo devedor na ordem de R\$ 5.212.389 e reconhecido no resultado de 2020. Esta redução deve-se principalmente ao fato de revisão e baixas de vários débitos oriundos do Parcelamento da Timemania e que já haviam sido quitados naquele parcelamento anterior.

Em novembro de 2020 houve a consolidação dos débitos tributários na modalidade de PROFUT junto à Receita Federal do Brasil, com redução do saldo na ordem de R\$ 2.545.206 e reconhecido no resultado de 2020. Esta redução deve-se ao recalculo de juros ocorridos desde o início do novo parcelamento.

Adicionalmente, a manutenção do Coritiba Foot Ball Club no programa está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no PROFUT.

Segue a composição do parcelamento vigente no Profut:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Débitos de FGTS e Contribuição Social FGTS.

Passivo circulante

Passivo não circulante

14. PARCELAMENTO PERSE - PGMN

Em decorrência da pandemia do Covid-19 e pelos seus efeitos trazidos ao mercado em geral, mas principalmente ao setor de eventos, o governo instituiu o PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, através da Lei nº 14.148/2021 e Portaria PGMN nº 7.917 de 02 de julho de 2021.

Esse programa possibilitou a negociação às Pessoas Jurídicas que exercem atividades econômicas ligadas ao setor de eventos, parcelar débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, tais como descontos, entrada reduzida e prazos diferenciados, conforme a capacidade de pagamento.

O Ministério da Economia publicou a Portaria ME nº 7.163 de 21 de junho de 2021, listando os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) definidos como setor de eventos. O Coritiba Foot Ball Club por sua vez se enquadrado como pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que exerce atividades econômicas de eventos esportivos.

Com parcelas reduzidas nos três primeiros anos, os débitos tributários poderiam ser parcelados em até 14 parcelas e os débitos previdenciários em até 60 parcelas, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC.

Diante das possibilidades legais de regularização e renegociação da dívida tributária e com a colaboração e orientação das empresas contratadas, o Coritiba Foot Ball Club optou por aderir ao PERSE. Desta forma requereu junto à Receita Federal do Brasil a migração de toda dívida tributária e previdenciária que estava em aberto, para serem inscritas em dívida ativa, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Desta forma, em setembro de 2021, o Coritiba renegociou e regularizou toda sua dívida tributária e previdenciária na modalidade de Parcelamento PERSE junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Finalizando o ano de 2025 com os seguintes saldos:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Débitos Previdenciários - PGMN, Débitos Tributários - PGMN.

Passivo circulante

Passivo não circulante

15. PARCELAMENTO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em julho de 2022, através de seus assessores jurídicos, o Clube realizou negociação e parcelamento junto a Procuradoria Geral do Banco Central do Brasil celebrando os seguintes termos de acordo:

• Termo de acordo 32/2022 - execução fiscal 5035502-29.2011.4.04.7000 - valor consolidado de R\$ 9.047.069 e honorários advocatícios incidentes de R\$ 335.069;

• Termo de acordo 33/2022 - execução fiscal 500586-69.2015.4.04.7000 - valor consolidado de R\$ 5.213.536 e honorários advocatícios incidentes de R\$ 207.507.

Ambos os acordos foram parcelados em 60 parcelas e corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Finalizando o ano de 2025 com os seguintes saldos:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Débitos do Banco Central do Brasil.

Passivo circulante

Passivo não circulante

16. CONTAS A PAGAR - RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Coritiba Foot Ball Club ingressou com pedido de Recuperação Judicial na data de 14 de março de 2022 junto a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/Paraná, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 e na recente Lei nº 14.193/2021. A Lei nº 14.193/2021 trouxe importantes avanços para a legislação brasileira e para a atividade do futebol, com instituição da Sociedade Anônima do Futebol - SAF, bem como criou a possibilidade de o clube ingressar com pedido de recuperação judicial, mesmo na condição de associação civil sem fins lucrativos.

O objetivo principal deste pedido de recuperação judicial é no sentido de reestruturação de todo seu passivo de forma legal para que consiga dar continuidade em suas atividades desportivas. Em paralelo à reestruturação almejada por meio deste procedimento recuperacional, o Coritiba Foot Ball Club realizou a implementação de modernas medidas de gestão e controle eficiente de custos. Em decisão proferida em 21 de março de 2022, ante o preenchimento de todas as condicionantes, foi deferido o processamento da recuperação judicial do Coritiba, sendo nomeada a Companhia Brasileira de Administração Judicial - CBAJ, como administradora judicial e, dentre outras disposições, foi determinada com base na Lei nº 11.101/2005, suspensão de todas as ações ou execuções contra o Coritiba sujeitos à recuperação judicial pelo prazo de 180 dias contados da decisão.

Após a realização de três assembleias de credores, todas realizadas nas dependências do Estádio Major Antônio Couto Pereira, foi aprovada pela maioria dos credores, na data de 24 de agosto de 2022, a recuperação judicial do Coritiba.

Em 30 de setembro de 2022 o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, sendo o primeiro pagamento do Plano realizado no prazo de 30 dias após a referida homologação.

Após aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial o Clube realizou levantamento e transferência de todas as contas devedoras para o grupo de contas denominado Contas a Pagar - Recuperação Judicial.

Conforme composição e consolidação da dívida realizada pelo Clube e posteriormente validada pelo Administrador Judicial, a dívida apresentou a seguinte situação:

• Classe I - R\$ 50.296.898 - composta por 210 credores;

• Classe III - R\$ 64.048.626 - composta por 99 credores;

• Classe IV - R\$ 5.892.393 - composta por 115 credores;

• Total da dívida consolidada = R\$ 120.237.917 - composta por 424 credores.

Na Classe I foram considerados débitos relacionados às dívidas de verbas trabalhistas, ações trabalhistas, e valores devidos a advogados/escritórios de advogados. Nesta classe não estão previstos deságios e considera taxa de atualização pelo IPCA mensal.

Na Classe II foram considerados débitos relacionados às dívidas com fornecedores, empréstimos junto a terceiros, agentes de atletas, outros clubes de futebol, entre outros. Nesta classe estão previstos deságios sobre os maiores credores/valores que podem chegar a 75% e considera taxa de atualização de 2% a.a. acrescido da taxa TR.

Na Classe IV foram considerados débitos relacionados às dívidas com fornecedores, empréstimos junto a terceiros, agentes de atletas e outros clubes de futebol com enquadramento na modalidade de pequenas e médias empresas. Nesta classe estão previstos deságios sobre os maiores credores/valores que podem chegar a 75% e considera taxa de atualização de 2% a.a. acrescido da taxa TR. Para as classes III e IV, conforme a previsão de deságios estabelecidos no plano de recuperação judicial, sobre os maiores credores/valores devidos, os deságios foram calculados e contabilizados em dezembro de 2022.

Conforme fundamento no CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, o Clube calculou o efeito do referido Pronunciamento sobre a dívida negociada na recuperação judicial. A referida norma estabelece que quando ocorre mudança significativa de mensuração de ativos e passivos, alteração de taxa de juros e de prazos, caso específico da dívida negociada na recuperação judicial, a entidade deve trazer a valor presente o montante desta dívida, ou seja, considerando os fluxos de saída de caixa futuros menos a desvalorização da moeda, demonstrando quanto seria o montante da dívida na data do balanço. Desta forma elaborou cálculo detalhado considerando todas as variáveis constantes no plano de recuperação judicial, bem como estabeleceu premissas financeiras com base em informações de mercado principalmente quanto às taxas de juros e vem atualizando e contabilizando anualmente este efeito.

O grupo de Contas a Pagar - Recuperação Judicial apresentou os seguintes valores em 31 de dezembro de 2024:

Table with columns Circulante, Não circulante, Saldo final. Rows include Classe I, Classe III, Classe IV, Saldo Antes do AVP, Cálculo do AVP, Saldo Final.

Em 31 de dezembro de 2025 apresentou os seguintes saldos:

Table with columns Circulante, Não circulante, Saldo final. Rows include Classe I, Classe III, Classe IV, Saldo Antes do AVP, Cálculo do AVP, Saldo Final.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O Coritiba Foot Ball Club constitui provisões para contingências com o objetivo de salvaguardar as perdas prováveis estimadas sobre os processos trabalhistas, cíveis, desportivos e outros, com base na estimativa elaborada pelo seu Departamento Jurídico e escritórios de advocacia independentes. Segue a composição dos saldos:

Table with columns 2025, 2024. Rows include Processos Trabalhistas, Processos Cíveis e de Outras Naturezas, Contingências com Outras Entidades Desportivas.

Provisões constituídas com base na avaliação dos assessores jurídicos, para obrigações com probabilidade de perda provável (NBC TG 25). A estabilidade dos saldos reflete a continuidade dos estágios processuais das ações em andamento.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Débitos acumulados

Em decorrência do superávit ocorrido em 2025 de R\$ 20.227.167 (sendo em 2024 superávit de R\$ 7.043.082), o saldo da conta de débitos acumulados teve importante redução passando para o montante em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 113.188.915 diante do saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 134.278.289, refletindo diretamente na composição do patrimônio líquido cujo saldo negativo atingiu em 31 de dezembro de 2025 R\$ 21.434.141 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 41.661.305).

18.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Em decorrência da avaliação do ativo imobilizado realizada em 2012, a conta de ajustes de avaliação patrimonial recebeu em contrapartida as variações patrimoniais existentes no montante de R\$ 104.256.888, decorrente da nova avaliação dos terrenos e edificações. Em 2025, houve realização da avaliação por depreciações, no montante de R\$ 862.209 (R\$ 862.210 em 2024), com base na vida útil dos bens avaliados.

19. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Table with columns 2025, 2024. Rows include Mensalidades de sócios, Patrocínios e subvenções, Receita com eventos sociais, Receita com marca, Timemania, Outras receitas, (-) INSS sobre receitas operacionais.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS, DE MARKETING E COMERCIAIS

Table with columns 2025, 2024. Rows include Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais, Depreciações e Amortizações, Serviços de Terceiros, Impostos e Taxas, Outras despesas.

21. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

Table with columns 2025, 2024. Rows include Rapasse SAF para pagamento de RJ, Reembolso Notas da recuperação Judicial, Outras despesas, Ajuste a valor presente.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras

Recuperação de despesas, Juros Ativos/Outras Rec. Financ., Rendimentos de aplicações, Ajuste a valor presente.

Table with columns 2025, 2024. Rows include Recuperação de despesas, Juros Ativos/Outras Rec. Financ., Rendimentos de aplicações, Ajuste a valor presente.

Despesas financeiras

Juros passivos, IOF sobre operações financeiras, Despesas, Comissões, Tarifas Bancárias, Multas e juros sobre parcelamentos, Ajuste a valor presente.

Table with columns 2025, 2024. Rows include Juros passivos, IOF sobre operações financeiras, Despesas, Comissões, Tarifas Bancárias, Multas e juros sobre parcelamentos, Ajuste a valor presente.

Resultado financeiro líquido

23. INSTRUMENTOS

continuação



CORITIBA FOOT BALL CLUB - (Em Recuperação Judicial)

CNPJ. nº 75.644.146/0001-79

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

Além disso, em 27/03/2025, a SAF comunicou a inclusão de R\$ 576.960,77 referentes a honorários de sucumbência pagos no processo nº 0009701-63.2020.8.16.0001 (11ª Vara Cível de Curitiba/PR – cobrança de agentes pela transferência do atleta Yan Couto ao Manchester City). A SAF fundamentou a inclusão na natureza extraconcursal das verbas sucumbenciais conforme jurisprudência do STJ. A Associação discordou, sustentando que a obrigação principal era conhecida dos investidores na data da venda, que o pagamento das verbas sucumbenciais é consequência legal e previsível da condenação (arts. 85 e 546 do CPC), e que a conta gráfica não foi criada para este tipo de situação.

Tratamento Contábil e Parecer Jurídico
Com base no Parecer de 17/04/2026 emitido pelo escritório Batista Pereira & Oliveira Advogados

Associados (Dr. André da Costa Ribeiro, OAB-PR 20.300), a Administração concluiu que: (i) a matéria ainda está sendo discutida administrativamente no âmbito da SAF; (ii) o entendimento da Associação é de que nenhum valor é elegível à Conta Gráfica, pois todos os débitos informados decorrem de processos conhecidos na data de fechamento ou incluídos na Recuperação Judicial; e (iii) caso não haja acordo administrativo, o contrato de venda prevê solução por arbitragem. Em razão da incerteza sobre o desfecho da discussão e do entendimento jurídico da Associação de que o valor correto da Conta Gráfica é zero, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis de 31/12/2025 relativa a este passivo contingente. O passivo contingente decorrente da Conta Gráfica (saldo informado pela SAF em 12/2024: R\$741.513; acrescido de honorários e custas de 2025: R\$592.132 ; acrescido de valor pago em processo em 03/2025: R\$ 576.961; totalizando R\$ 1.910.605 em 31/12/2025) é classificado como de probabilidade de perda possível, não sendo, portanto, objeto de provisão, conforme NBC TG 25. A Administração continuará monitorando o andamento das discussões e ajustará o tratamento contábil conforme o desfecho.

Marianna Libano de Souza Administradora
Angela Tunes da Silva Contadora CRC PR - 078564/O-1 PR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros do Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial) Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis do Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial) ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial) continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial), ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial);

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial). Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Coritiba Foot Ball Club (em recuperação judicial) a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora - CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR



Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/04/2026 15:58:24

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 06323d789e68cecf9586b7364af5a3b6b59ccb2cf237dfc946ce6245dc4efc8d



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 15:58:37

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: b90b00ebb0285ab7a357ef86cde9135b



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442484051766 , -49.255828090785	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ. nº 76.494.806/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	379	678
Contas a receber de clientes	9	33.726	28.494
Tributos a recuperar	10	1.790	3.490
Despesas antecipadas		1.057	724
Outras contas a receber	11	10.470	5.060
Total ativo circulante		47.422	38.446
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	23	-	1.631
Ativo fiscal diferido	23.a	8.715	7.912
Outras contas a receber	11	4.613	106
Direito de uso	12	16.803	19.493
Imobilizado	14	26.703	23.260
Intangível	15	1.814	1.931
Total do ativo não circulante		58.648	54.333
Total do ativo		106.070	92.779

Passivo	Nota explicativa	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	16	8.055	5.569
Empréstimos e Financiamentos	17	1.375	1.375
Arrendamento	13	4.881	4.206
Obrigações sociais e trabalhistas	18	20.720	20.053
Obrigações tributárias	19	4.928	3.753
Comissões e bonificações		1.932	465
Adiantamentos de clientes	20	12.765	7.471
Outras contas a pagar	21	1.206	233
Total passivo circulante		55.862	41.750
Passivo não circulante			
Arrendamento	13	16.077	19.287
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	366	561
Adiantamento de cliente	20	125	174
Total do passivo não circulante		16.568	20.022
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	16.696	16.696
Reserva de capital	24.b	8.792	8.792
Reserva de lucros	24.c	8.152	5.519
Total do patrimônio líquido		33.640	31.007
Total do passivo e patrimônio líquido		106.070	92.779

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda. A Companhia atua integradamente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes. Na data de 19 de dezembro de 2025, foi realizada alteração no quadro societário da Companhia, com a consolidação do controle integral pelo sócio majoritário e a consequente alteração do quadro de administradores. Por meio da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 24 de janeiro de 2026, foi aprovada a operação de incorporação da sociedade Malenski Participações Ltda. pela Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A., conforme detalhado na Nota 32.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2026.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas
 As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão descritas abaixo:

- Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa de perda sobre a carteira de recebíveis;
- Determinação do prazo de arrendamento e taxas de desconto;
- Revisão da vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

6.1. Caixa e equivalente de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

6.2. Receita de contrato com o cliente
 A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando presta o serviço efetivamente ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 26 dias. (26 dias em 2024).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 23 dias. (25 dias em 2024).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 35 dias. (34 dias em 2024).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A Companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 24 dias. (18 dias em 2024).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Serviço de Geração Digital	A Companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 20 dias. (21 dias em 2024).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

6.2. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.33. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservadulucros	Lucros acumulados	Total
Em 01 de Janeiro de 2024		16.696	8.192	3.339	7.629	36.456
Dividendos 2023 aprovados - AGO 52 ^o	23.d ⁹	-	-	-	(7.629)	(7.629)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	69.551
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(17.388)
Dividendos complementares	23.d	-	-	-	-	(49.983)
Transferência entre reservas	23.c	-	-	-	2.180	(2.180)
Em 01 de Janeiro de 2025		16.696	8.792	3.339	2.180	31.007
Dividendos 2024 aprovados - AGO 53 ^o	24.d	-	-	-	(2.180)	(2.180)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.833
Dividendos mínimos obrigatórios	24.d	-	-	-	-	(14.208)
Dividendos complementares	24.d	-	-	-	-	(37.812)
Transferência entre reservas	24.c	-	-	-	4.813	(4.813)
Em 31 de dezembro de 2025		16.696	8.192	3.339	4.813	33.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais.)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	25	245.327	235.429
Custo dos serviços prestados	26	(94.635)	(90.201)
Lucro bruto		150.692	145.228
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	26	(48.969)	(43.121)
Despesas gerais e administrativas	26	(33.517)	(31.178)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	410	5.772
		(82.076)	(68.527)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		68.616	76.701
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	4.467	3.640
Despesas financeiras	28	(4.158)	(3.690)
Resultado financeiro, líquido		309	(50)
Resultado antes dos impostos		68.925	76.651
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.b	(12.895)	(7.065)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.b	803	(35)
Lucro líquido do exercício		56.833	69.551
Número de Ações (lotes de mil)		13.800	13.800
Lucro por Ação (em reais)		4.118	5.040

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	56.833	69.551
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	56.833	69.551

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		68.925	76.651
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	14 e 15	7.597	7.803
Baixa de imobilizado/intangível	14 e 15	2.057	797
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	1	(85)
Depreciação sobre direito de uso	12	4.592	4.300
Distratos de arrendamento	13	-	(47)
Juros sobre arrendamento	13	2.554	2.761
Provisão de bonificação de volume		1.930	1.680
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	(195)	(2.278)
Juros sobre alienação de investimentos		-	(98)
Outras provisões e correções monetárias	22	310	193
Varições nos ativos e passivos		87.771	91.676
Contas a receber de clientes	9	(5.233)	122
Tributos a recuperar	10	1.700	(2.073)
Despesas antecipadas		(333)	(101)
Outros ativos		(8.596)	(731)
Fornecedores	16	2.486	(1.284)
Obrigações sociais e trabalhistas	18	667	3.425
Obrigações tributárias	19	(876)	(600)
Adiantamento de clientes	20	5.245	(1.900)
Outros passivos		510	(2.873)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		83.341	85.662
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(10.844)	(7.065)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		72.497	78.597
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/intangível	14 e 15	(12.980)	(7.037)
Aplicação Financeira		-	2.554
Recebimentos de alienação de investimentos		-	1.602
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(12.980)	(2.880)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos no exercício	24.d	(54.200)	(75.000)
Pagamentos de arrendamento	13	(6.991)	(6.613)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	1.375	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(59.816)	(81.613)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(299)	(5.896)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		678	6.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		379	678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

. Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;
 . Valores acima de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

.é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

.o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

. dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

. quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

. reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

. a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

. o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Compensação de instrumentos financeiros
 Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. As ações incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.8. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.9. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ. nº 76.494.806/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e regulatório) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.11. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

7. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS, DIVULGAÇÕES E PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025**Alterações adotadas pela Companhia**

As seguintes alterações de normas e interpretações foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao CPC02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis alterações mencionadas acima não resultaram em impactos materiais nas demonstrações financeiras ou nas divulgações efetuadas pela Companhia.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

- CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- CPC 52 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

- Alterações ao CPC 02 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária
- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre CPC 40, CPC 51, CPC 26, CPC 23, CPC 01 e CPC 25 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025**Reforma tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia. A Companhia segue atenta às mudanças decorrentes da reforma tributária e seus impactos na operação.

Alteração de controle acionário

Na data de 19 de dezembro de 2025, foi realizada alteração no quadro societário da Companhia, com a consolidação do controle integral pelo sócio majoritário e a conseqüente alteração do quadro de administradores.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	86	88
Bancos – contas correntes	82	304
Aplicações Financeiras	211	286
Total	379	678

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário - CDB e aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com taxa de remuneração até o momento de 102,09% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (104,48% do CDI em 2024). A administração espera utilizar estes valores no seu fluxo de caixa de curto prazo.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Publicidade	30.709	27.223
Permutas	3.607	1.790
Outros	1.927	1.997
Perda por redução ao valor recuperável	(2.517)	(2.516)
Total	33.726	28.494

Movimentação do saldo contábil

	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos Telecom	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	402	807	345	14.993	922	3.634	1.695	1.394	24.192
Adições	-	28	242	2.421	272	821	2.534	552	6.870
Baixas	-	(15)	(15)	(5.239)	(67)	(50)	(84)	(175)	(5.645)
Depreciação	(34)	(505)	(78)	(4.685)	(242)	(1.216)	-	(318)	(7.078)
Baixas de depreciação	-	14	14	4.657	49	28	-	159	4.921
Em 31 de dezembro de 2024	368	329	508	12.147	934	3.217	4.145	1.612	23.260
Adições	3	73	514	2.001	691	671	7.245	1.158	12.356
Transferências	1	91	20	2.350	152	-	(3.750)	1.136	-
Baixas	-	-	(22)	(2.925)	(160)	(60)	(1.994)	(547)	(5.708)
Depreciação	(34)	(76)	(116)	(4.615)	(306)	(1.201)	-	(509)	(6.857)
Baixas de depreciação	-	-	21	2.943	85	57	-	546	3.652
Em 31 de dezembro de 2025	338	417	925	11.901	1.396	2.684	5.646	3.396	26.703

Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não possui bens dados em garantia.

15. INTANGÍVEL**Composição do saldo contábil**

	2025			2024		
	Taxas médias	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	20%	25.907	(24.889)	1.018	1.684	
Marcas e Patentes	10%	146	-	146	146	
Intangível em Curso	-	650	-	650	101	
Total		26.703	(24.889)	1.814	1.931	

Movimentação do saldo contábil

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.332	146	84	2.562
Adições	77	-	90	167
Amortização	(725)	-	(75)	(800)
Baixas	-	-	(73)	(73)
Em 31 de dezembro de 2024	1.684	146	101	1.931
Adições	74	-	550	624
Baixas	(11)	-	(1)	(12)
Amortização	(740)	-	(740)	(1.480)
Baixa de Amortização	11	-	-	11
Em 31 de Dezembro de 2025	1.018	146	650	1.814

16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecedores totalizava R\$8.055 (R\$ 5.569 em 31 de dezembro de 2024), e refere-se substancialmente a contas a pagar a fornecedores de publicidade,

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2025	2024
A vencer	31.425	26.641
Vencidos até 30 dias	2.021	1.750
Vencidos de 31 até 60 dias	231	98
Vencidos de 61 até 90 dias	7	2
Vencidos de 91 até 180 dias	49	6
Vencidos de 181 até 360 dias	53	64
Vencidos acima de 361 dias	2.457	2.449
Perda por redução ao valor recuperável	(2.517)	(2.516)
Total	33.726	28.494

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(2.516)	(2.601)
Valores baixados	102	205
Constituição no período	(103)	(120)
Total	(2.517)	(2.516)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Circulante	1.790	3.490
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.790	3.490
Total circulante	1.790	3.490

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Partes relacionadas (a)	8.274	1.486
Adiantamento a fornecedores (b)	5.816	2.742
Outras	993	938
	15.083	5.166
Circulante	10.470	5.060
Não Circulante	4.613	106
	15.083	5.166

(a) Parte do saldo de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação. Os valores correspondentes a estes processos são liquidados entre as partes sempre até o final do mês seguinte, não havendo à aplicação de juros e/ou qualquer outra correção e atualização sobre os mesmos. Em 2025, uma parte relevante do saldo de partes relacionadas refere-se a adiantamentos realizados entre empresas integrantes do Grupo GRPCOM para atender a necessidade de caixa, os quais foram resolvidos logo no primeiro dia útil do exercício seguinte, conforme demonstrado na NE 29.

(b) Refere-se a valores de adiantamento realizados a fornecedores estrangeiros na aquisição de equipamentos para engenharia de telecomunicações, como transmissores e receptores de sinal digital para TV, antenas para TV, câmeras de filmagem etc.

12. DIREITO DE USO

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Em 1º de janeiro 2025	3.457	14.416	1.539	81	19.493
Remensurações	437	1.272	(23)	216	1.902
Depreciação	(364)	(3.509)	(641)	(78)	(4.592)
Em 31 de dezembro de 2025	3.530	12.179	875	219	16.803

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Em 1º de janeiro 2024	3.148	17.949	187	161	21.445
Remensurações	100	9	1.013	-	1.122
Novos contratos	572	-	914	-	1.486
Baixas	-	(260)	-	-	(260)
Depreciação	(362)	(3.282)	(575)	(81)	(4.300)
Em 31 de dezembro de 2024	3.458	14.416	1.539	80	19.493

13. ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contrapartida o ativo de direito de uso. A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
1	1,41%
2	1,36%
5	1,35%

Movimentações em 2025**Em 1º de janeiro de 2025**

Remensurações de contratos	1.902
Juros apropriados no período	2.554
Amortização de arrendamentos	(6.991)
Em 31 de dezembro de 2025	20.958

Circulante

4.881

16.077

Movimentações em 2024**Em 1º de janeiro de 2024**

Baixas	(306)
Novos contratos	1.486
Remensurações de contratos	1.122
Juros apropriados no período	2.761
Amortização de arrendamentos	(6.613)
Em 31 de dezembro de 2024	23.493

4.206

19.287

14. IMOBILIZADO**Composição do saldo contábil**

	2025				2024			
	Taxas médias	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido			
Edifícios	4%	840	(502)	338	368			
Instalações	10%	8.474	(8.057)	417	329			
Móveis	5-20%	2.668	(1.743)	925	508			
Equipamentos telecom	10%	79.738	(67.837)	11.901	12.147			
Máquinas e equipamentos	10%	5.198	(3.802)	1.396	934			
Equipamentos de informática	20%	17.112	(14.428)	2.684	3.217			
Imobilizado em curso (i)	-	5.646	-	5.646	4.145			
Outros	14%	5.345	(1.949)	3.396	1.612			
Total		125.021	(98.318)	26.703	23.260			

(i) Referem-se a equipamentos importados de engenharia telecom ainda não capitalizados no ativo imobilizado pois estão sendo testados e preparados para serem colocados em operação ao longo do exercício subsequente.

equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros. Não existem operações de riscos sacado nos exercícios findos em 2025 e 2024.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo se refere ao saldo negativo da conta corrente na data de 31 de dezembro, coberto no primeiro dia útil do exercício seguinte em 02/01/26, gerando encargos financeiros no montante de R\$ 55.

	2025	202
--	------	-----

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ. nº 76.494.806/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Reserva de lucros, Despesas financeiras, Ativos, Passivos, and Resultados financeiros.

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Receitas operacionais líquidas, Despesas operacionais líquidas, and Despesas por natureza.

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Reembolso de gastos compartilhados, Despesas pessoais, e despesas operacionais por função.

(a) Referem-se a serviços profissionais contratados junto a terceiros para atender as necessidades operacionais da Companhia, sendo o principal valor de comissão mercantil no montante de R\$ 27.277 (R\$24.996 em 2024).

(b) Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Despesas financeiras, Ativos, Passivos, and Resultados financeiros.

(*) O reembolso de gastos compartilhados em 2025 correspondem a R\$ 10.604 (R\$10.072 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, além dos gastos compartilhados a Companhia também obtém reembolsos dos gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, sendo R\$ 1.633 em 2025 (R\$ 2.163 em 2024).

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Outras receitas operacionais, Outras despesas, and Resultados financeiros.

(i) Em 2024 refere-se substancialmente a venda dos Ativos (Veículos e equipamentos) correspondentes a Operação HDView.

Table with columns for 2025, 2024, and 31/12/2024. Rows include Receitas financeiras, Juros por aplicações financeiras, and Resultados financeiros.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6

Carlos Alexandre Peres Contador - CRC 1SP198156/O-7



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 30/04/2026 14:27:50

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e571f1f80b420692880375a5b2574e9ae2ed0435bb2a4254aca779fe7ada4c4e



Assinatura

Assinado em: 30/04/2026 14:28:02

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: f61c0fb6315ed6ef1299e36429ade523



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442431443025 , -49.255794141769	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

